

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Priscila Ferrer Caraponale

Cotidiano Escolar: A Escola Profissional de Franca
(1924-1942).

Mestrado – Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Priscila Ferrer Caraponale

Cotidiano Escolar: A Escola Profissional de Franca
(1924-1942).

Mestrado em Educação

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior.

São Paulo
2009

Banca Examinadora

RESUMO

Criada pelo governo do Estado de São Paulo em 1924, a Escola Profissional de Franca fez parte de um projeto do governo que visava à ampliação das instituições profissionais por todo Estado. Nesta pesquisa foram eleitos momentos decisivos da vida da instituição e investigados tópicos tais como os fatores que determinaram a escolha da cidade de Franca para receber a instituição, como ocorreu a sua implantação, como transcorreram suas atividades nos primeiros anos de funcionamento, como transcorria o seu cotidiano escolar. Por meio da documentação legal do Governo do Estado e da documentação escolar, pretendeu-se compreender como a escola “absorveu” as sucessivas regulamentações e que impacto tiveram nas práticas da instituição, e como a escola atendeu às demandas locais e, por isso, assumiu, em quatro momentos selecionados nesta pesquisa, caracteres específicos, relativamente às suas similares no estado. Esta pesquisa vincula-se ao Projeto História das Disciplinas Escolares e do Livro Didático, no subprojeto Disciplinarização dos Saberes Profissionais, que tem como objetivo investigar os processos históricos pelos quais os saberes profissionais foram incorporados à educação escolar, adquirindo nela aspectos peculiares.

Palavras-chave: escola profissional, Franca, saberes profissionais, práticas escolares, cotidiano escolar.

ABSTRACT

Created by the state of Sao Paulo government in 1924, the Franca Professional School was part of a govern project that aimed at the enlargement of the professional institutions throughout the state. In this research, decisive moments of the institution were elected and topics such as events that determined the city of Franca to get the institution, how its implantation occurred, how the activities elapsed during its first years, and the way the scholar quotidian went by were investigated. Through legal documents from the State Government and from the school, we intended to understand how the school “absorbed” the successive regulations and the impacts they had on the practice of the institution, as well as how the school served the local demands, therefore, it assumed at four moments selected by this research, specific signs, relatively to its similar ones at the state. This research is linked to the Project History of School Subjects and Didactic Book, to the subproject Disciplinarization of Professional Knowledge that aims to investigate the historic processes by which the professional knowledge was incorporated to school education, acquiring singular aspects in it.

Key words: professional school, Franca, professional knowledge, scholar practices, scholar quotidian.

Aos meus queridos avós Elizia, Lucila e Ico.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Bruno Bontempi Júnior, que com competência, generosidade e paciência me acompanhou desde o início da minha empreitada acadêmica. Muito Obrigada!

Aos professores Circe Bittencourt e Luiz Carlos Barreira pela cuidadosa leitura e pelas valiosas considerações no exame de qualificação.

Aos professores Gustavo Miranda, Joana Borini e Maria Medianeira da Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso, pela imprescindível ajuda na pesquisa das fontes.

Aos queridos amigos Alequinho, Bianca Zucchi, Ellen Cristine, Elza Valentim, Fernanda Morão, Leonardo Estevan, Luciana Sene, Martha Kiwi, Professor Edu Bonzatto e Wellington Darwin da Silva.

Aos colegas Ana Carolina Martins, Licia Maria, Renata Weffort, Sérgio Tenório de Almeida, Silvia Mazzonetto, Tânia Machado de Carvalho e Thiago Boim, que compartilharam comigo está experiência.

Aos professores do programa de pós-graduação: Educação, História, Política, Sociedade e à querida Betinha, pelo apoio prestado ao longo desta jornada.

Á toda minha família pelo incentivo.

Ao CNPq pela bolsa de estudos concedida entre os anos de 2007 e 2009.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
------------------------	----------

CAPÍTULO I

I.1. O ensino profissional no sistema de ensino público paulista.....	11
I.2. A cidade de Franca e a inauguração da sua escola profissiona.....	16

CAPÍTULO II

2.1. A implantação e os primeiros anos da Escola Profissional de Franca (1º momento: 1924-1928).....	21
2.2. A Escola Profissional Mista de Franca (2º momento: 1928-1932).....	33

CAPÍTULO III

3.1. A Escola Profissional Secundária Mista de Franca (3º momento: 1933-1937).....	41
3.2. A Escola Profissional Secundária Mista de Franca até a Lei Orgânica de 1942 (4º momento: 1938-1942).....	54

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
---------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	67
--------------------	----

SUMÁRIO

Introdução.....	1
------------------------	----------

CAPÍTULO I

I.1. O ensino profissional no sistema de ensino público paulista.....	11
I.2. A cidade de Franca e a inauguração da sua escola profisisonal.....	16

CAPÍTULO II

2.1. A implantação e os primeiros anos da Escola Profissional de Franca (1º momento: 1924-1928).....	21
2.2. A Escola Profissional Mista de Franca (2º momento: 1928-1932).....	33

CAPÍTULO III

3.1. A Escola Profissional Secundária Mista de Franca (3º momento: 1933-1937).....	41
3.2. A Escola Profissional Secundária Mista de Franca até a Lei Orgânica de 1942 (4º momento: 1938-1942).....	54

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
---------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	67
--------------------	----

INTRODUÇÃO

Em minha Iniciação Científica pesquisei documentos referentes aos primeiros vinte anos (1911-1931) da Escola Profissional Feminina de São Paulo (EPFSP). Naquele trabalho procurei indícios perceptíveis no currículo da escola do papel e do valor da mulher na sociedade paulista da época. Analisando as informações colhidas, percebi que o currículo da EPFSP, visando atender a supostas demandas sociais da educação feminina e a expectativas das famílias e das alunas que ingressavam na instituição, recebeu modificações que indicaram a oscilação entre, ao menos, dois modelos de mulher projetados para a sociedade e incluídos em seu processo de educação profissional: um primeiro modelo priorizava a formação feminina voltada para o lar, como dona de casa, esposa e mãe, e o outro modelo procurava formar mulheres para ofícios manuais como bordados e corte e costura (Caraponale, 2006).

A Escola Profissional Feminina da Capital ofereceu, a princípio, os cursos de confecções, roupas brancas, rendas e bordados, flores e chapéus. O curso de economia doméstica também foi oferecido como uma opção de oficina, mas acabou fechando por falta de inscrições. Dois meses após o início das aulas, a diretoria resolveu instalar o curso de economia doméstica e tornou sua frequência obrigatória para todas as alunas. Ao analisar a documentação, principalmente os relatórios do diretor, observei que, embora obrigatório, o curso de economia doméstica não havia sido efetivamente ministrado e, durante muitos anos, apenas figurou no currículo escrito, não havendo empenho real da diretoria em mantê-lo funcionando (Ibidem, p.4). Assim, o currículo da escola também foi alterado por falta de inscrições (expectativas das famílias) e por opção da direção, que, mesmo tornando o curso indispensável, não o colocou em funcionamento. Pude compreender que, embora integrando um projeto

governamental de ensino profissional, o currículo e as práticas escolares da EPFSP seguiram uma dinâmica própria decorrente das relações que a instituição estabeleceu com a demanda local e com os valores da sociedade da capital.

Como isto teria se dado em outras escolas integrantes do projeto de educação profissional implantado no Estado de São Paulo na Primeira República? Será que as variadas situações locais das escolas, distribuídas em regiões de diferentes atividades econômicas, tradições, organizações sociais etc., agiram sobre os seus projetos educativos, dando a cada uma delas certas peculiaridades? O que, de fato, caracterizava uma escola dessa modalidade?

Ao desenvolver o projeto de mestrado, resolvi recuperar essas perguntas, que surgiram durante minha pesquisa sobre a EPFSP. Para respondê-las fiz um levantamento sobre as primeiras escolas profissionais do Estado de São Paulo. Primeiramente, visitei o Centro de Memória da Escola Profissional Masculina da Capital, mas seu acervo se apresentou muito escasso, com documentos fora de circulação devido ao precário estado de conservação¹. Fui conhecer, então, as duas escolas criadas em 1920: a Escola Profissional de Franca e a Escola Profissional de Rio Claro. Ao fazer o levantamento bibliográfico, encontrei um trabalho sobre a escola de Rio Claro e sua trajetória (Gonçalves, 2001), que se mostrou semelhante à pesquisa que pretendia desenvolver. Assim, resolvi consultar o acervo da Escola de Franca, que considerei satisfatório para o desenvolvimento da pesquisa, pois seus diversos documentos estão bem conservados e disponíveis.

¹ As oito primeiras escolas oficiais profissionais do Estado de São Paulo (1911-1934) fizeram parte do projeto Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais regionais (Alves; Moraes, 2002), que procurou organizar e disponibilizar os documentos das escolas participantes. Foram instalados Centros de Memória nas escolas, com acervos documentais organizados, banco de dados informatizados, espaço para exposições de fotos e de objetos museológicos, salas de trabalho e sala de consulta e pesquisa.

Em minha pesquisa de Iniciação Científica identifiquei permanências e transformações que interferiram na formação profissional feminina e percebi que os projetos educacionais foram assimilados de forma peculiar e apresentaram configurações próprias. A EPFSP recebeu influências externas, mas também gerou configurações próprias e acabou traçando uma trajetória singular (Caraponale, 2006, p.7). Será que isso também ocorreu na Escola Profissional de Franca (EPF)? Segundo Laurindo (1961), que foi Presidente do Conselho Diretor do Fundo do Ensino Profissional, as escolas profissionais criadas nas primeiras décadas do século XX deveriam priorizar o ensino das profissões mais adequadas às suas respectivas localidades. Por que o governo do Estado escolheu o município de Franca para a criação da escola? A EPF de fato moldou-se segundo a localidade em que foi implantada? Seu programa curricular apresentava especificidades, de modo a priorizar o ensino das profissões mais adequadas à economia da região? Todas as oficinas que estavam no currículo da escola de Franca foram realmente oferecidas e efetivamente ministradas? Foram desenvolvidos práticas e saberes específicos?

Ao desenvolver a pesquisa bibliográfica sobre o ensino profissional do Estado de São Paulo, identifiquei duas tendências referentes a essa produção; a primeira tendência é composta por obras descritivas e oficiais e a segunda, por pesquisas de caráter analítico e explicativo. As obras descritivas e oficiais são trabalhos das décadas de 1950 e 1960, elaborados por funcionários públicos ligados ao ensino profissional. Uma delas é a obra de Laurindo (1961), que recupera a trajetória dos primeiros cinquenta anos do ensino profissional no Estado de São Paulo. Esse trabalho foi encomendado pelo governo do Estado e, com o intuito de enaltecer as realizações da iniciativa pública em relação a essa modalidade de ensino, apresenta uma vasta e detalhada documentação de cada instituição pública estadual, reunindo a legislação referente às primeiras cinco décadas de ensino profissional.

Outra obra de destaque é o estudo de Fonseca (1962). O autor discorre sobre as iniciativas mais remotas, que estariam relacionadas ao ensino profissional. De forma descritiva, Fonseca (1962) aborda a história do ensino público profissional no Estado de São Paulo. Há ainda o trabalho de Freitas (1954), que expõe as iniciativas públicas e particulares envolvendo o ensino de ofícios desde o século XIX. O livro contribui, principalmente, para a compreensão da estrutura do ensino profissional, que foi substancialmente alterada ao longo dos primeiros anos de sua existência. A autora caracteriza e descreve o funcionamento desse ensino no Brasil, destacando em sua obra a história das primeiras escolas profissionais oficiais.

Segundo a bibliografia que aborda o ensino profissional de forma mais analítica e explicativa², este ensino esteve diretamente voltado para o processo produtivo. Ribeiro (1986) defende que as mudanças na organização do processo de trabalho pela introdução de novas tecnologias modificaram as exigências e os ramos de atividade, criando uma nova divisão social do trabalho. Desse modo, a organização das escolas profissionais, compreendidas como lugar para a formação da mão-de-obra, estava relacionada às necessidades e demandas fabris.

Na obra de Moraes (2003) a qualificação profissional, no início do século XX, é concebida como parte do processo de socialização da força de trabalho pelo capital, de modo que os saberes e as práticas educacionais profissionais estariam voltados às exigências do processo produtivo. O ensino profissional teria o objetivo de atingir uma população específica (filhos de operários), visando à constituição do mercado de trabalho. Segundo a autora, esse ensino teria sido organizado e posto em funcionamento pelas forças dominantes ligadas direta ou indiretamente ao governo.

Tanto para Ribeiro (1986) quanto para Moraes (2003), os saberes e as práticas educacionais dessa modalidade de ensino

² Foram levantadas apenas obras que abordam o ensino profissional na perspectiva histórica.

estiveram relacionados à força de trabalho e às exigências do processo produtivo. As duas autoras acabam enfatizando o ensino profissional como uma agência de recrutamento de trabalhadores e a adequação às novas tecnologias (Zucchi, 2007, p. 18).

Cunha (2000a, 2000b, 2000c), em sua trilogia, aborda o desenvolvimento do ensino profissional desde o período colonial até o século XX, passando por todas as iniciativas públicas e privadas dessa modalidade de ensino. O autor pontua que as instituições de caráter assistencialista, criadas no século XIX com o intuito de oferecer ensino profissional aos “órfãos e desvalidos”, tinham a função de acolher esses menores e fornecer mão-de-obra especializada para a indústria nascente, assim como as instituições públicas e privadas criadas no início do século XX. Portanto, para esse autor, há uma continuidade não só na finalidade dessa modalidade de ensino, como na clientela.

O conjunto de obras levantado nesta pesquisa é fonte relevante de informação para compreender a criação do ensino público profissional no Estado de São Paulo, no início do século XX. Entretanto, essa bibliografia, ao abordar o ensino profissional de forma geral, não contempla um estudo sobre as peculiaridades de cada instituição profissional, bem como, por buscar as relações entre o mercado de trabalho e a natureza das escolas, não traz elementos para que se compreendam os aspectos cotidianos dessas instituições escolares, e assim, não respondem às perguntas deste estudo. O subprojeto Disciplinarização dos Saberes Profissionais, ao promover a investigação de como os saberes profissionais foram incorporados à educação escolar, possibilita o desenvolvimento de pesquisas que abordem as peculiaridades do ensino profissional e de suas instituições escolares. Destacar as singularidades da história das instituições escolares permite a construção de um processo histórico que confere uma identidade a essas instituições educativas. Segundo Magalhães (2005, p. 80), ao compreender-se a existência histórica de

uma instituição escolar integrando-a na realidade mais ampla que é o sistema educativo e contextualizando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, pode-se gerar um conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais.

O currículo foi uma fonte central nesta pesquisa sobre a EPF. Busquei compreender os conteúdos escritos e formais, que compunham o currículo da escola, como também estudar as atividades que eram desenvolvidas no cotidiano escolar. Nesta pesquisa, o currículo é compreendido com base em autores como Apple (1979) e Goodson (2002). Para estes autores, o currículo é estudado não só como algo escrito, mas como uma complexidade que envolve a prescrição, a ação e a influência de fatores políticos, econômicos e sociais. Para Goodson (2002), devemos, ao estudar o currículo, partir de uma abordagem integrada das dimensões escrita e ativa do mesmo. O currículo, na dimensão pré-ativa ou escrita, designa a idéia de que há um saber externo à escola que dever tomar forma e ser transmitido via currículo, e a dimensão ativa indica o currículo como prática, uma tarefa que envolve compreender a dinamicidade da transmissão desse saber. A proposição de uma abordagem integrada ocorre ao estudarmos e analisarmos a produção e implantação do currículo nas suas dimensões escrita e interativa, atrelando essas dimensões a fatores políticos, sociais e econômicos. Completando essa abordagem, Apple (1989, p. 44) aponta que a escola deve ser vista como um espaço “(...) constituído por áreas excepcionalmente interessantes e fortes, política e economicamente, para a investigação dos mecanismos de distribuição cultural numa sociedade”.

Os documentos da Escola Profissional de Franca possibilitaram o estudo sobre o currículo escrito e formal, pois no acervo da escola não foram localizados documentos que permitissem uma pesquisa vigorosa sobre o assim chamado currículo ativo. Entretanto, a utilização dessas ferramentas conceituais sugeridas por Goodson (2002) e Apple (1979) junto à articulação de diversos tipos

documentais permitiu traçar informações relevantes sobre como determinados conhecimentos foram introduzidos na escola profissional de Franca e como a instituição lidou com a introdução desses saberes.

Há apenas um trabalho acadêmico sobre a Escola Profissional de Franca: *Educação para o trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970)* (Lima, 2007). Trata-se de um estudo sobre a história econômica da cidade de Franca, relacionando-a com a instalação e a trajetória de sua escola profissional. A autora investigou como se deu a inserção da escola no contexto sócio-econômico da cidade, sem, no entanto, apresentar um aprofundamento no cotidiano da instituição ou verificar outros fatores que tenham interferido em seus currículos e práticas.

Existem pesquisas sobre as outras escolas públicas profissionais estaduais que fizeram parte do mesmo projeto republicano. Os trabalhos de Alves e Moraes (2002) reúnem informações sobre os acervos das oito primeiras escolas profissionais do Estado de São Paulo. Há trabalhos que contemplam a implantação e trajetória dessas instituições, destacando suas particularidades. As pesquisas de Oliveira (1992), Marques (2003) e Taira (2000) têm como objeto de estudo as escolas profissionais masculina e feminina da capital. O trabalho de Gonçalves (2001) discorre sobre a Escola Profissional Masculina de Rio Claro, o de Cruz (2008) aborda o ensino profissional em Campinas, enfatizando a escola profissional desta cidade e o de Buffa e Nosella (1998) contempla a trajetória da Escola Profissional de São Carlos. Essas pesquisas possibilitam compreender como se deu o ensino profissional segundo as especificidades locais e colaboraram para que se possa identificar e compreender as peculiaridades da escola investigada nesta pesquisa.

Além do levantamento bibliográfico, consultei dois conjuntos documentais. O primeiro conjunto é composto pelos documentos da própria instituição. A EPF existe até hoje como uma Escola Técnica

do Centro Paula Souza, e possui um Centro de Memória. Este primeiro conjunto documental é bem amplo, trazendo informações sobre a escola, suas oficinas, cursos etc. São documentos referentes, principalmente, aos primeiros dezoito anos da escola. O segundo conjunto é composto por documentos da Instrução Pública do Estado de São Paulo, dos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo e das publicações da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Estes documentos auxiliaram na compreensão do que foi o projeto educacional referente ao ensino profissional no período.

O recorte temporal da pesquisa é de 1924, quando ocorreu a inauguração da escola, até 1942, ano que o governo federal regulamentou pela primeira vez o ensino profissional em nível nacional, dividindo o ensino profissional em dois ciclos e elevando-o ao segundo grau³. Esta pesquisa, entretanto, em vez de percorrer os anos corridos da instituição francana, ressalta alguns momentos decisivos para a constituição e compreensão da trajetória da escola. Foram selecionados quatro momentos julgados importantes da história da EPF. O primeiro momento, que contempla o período de 1924 até 1927, destaca a inauguração e as primeiras atividades desenvolvidas na instituição escolar; o segundo momento, de 1928 até 1932, marca as modificações ocorridas quando a escola de Franca passou a receber estudantes do sexo feminino; o terceiro, de 1933 até 1937, e o quarto momento, de 1938 até 1942, marcam as iniciativas do governo do Estado de organizar e uniformizar o ensino profissional da rede estadual e como essas ações direcionaram o ensino profissional, principalmente, na EPF.

Nesta pesquisa procurou-se inventariar as práticas escolares da Escola Profissional de Franca, levando em conta a participação de diversos tipos de agentes e ideologias, que em sua ação produziram um resultado que, ainda que ligado às exigências do processo

³ Segundo a Lei Orgânica, de 1942, o ensino profissional passou a ser distribuído em dois ciclos. O primeiro ciclo estava articulado com o ensino primário. O segundo ciclo estava articulado com o ensino secundário, assegurando aos portadores de diploma de conclusão a possibilidade de ingresso no ensino superior.

produtivo, não expressaram em suas práticas somente os propósitos instituidores, mas estiveram condicionadas ao funcionamento cotidiano da escola em sua relação com a comunidade local.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo discorre sobre como o ensino profissional estava inserido no sistema de ensino público paulista da Primeira República, além de apresentar um quadro amplo de como se encontrava essa modalidade de ensino no Estado de São Paulo no início do século XX. Este capítulo também aborda a cidade de Franca à época da inauguração de sua escola profissional. A produção deste capítulo foi baseada na bibliografia existente sobre o sistema de ensino público paulista na Primeira República e sobre a história da cidade de Franca.

O segundo capítulo aborda dois momentos da EPF na década de 1920. O primeiro momento é dedicado à inauguração da escola profissional da cidade de Franca (1924), como uma instituição masculina profissionalizante. O objetivo deste capítulo é compreender a criação da escola e como transcorrem suas primeiras atividades. O segundo momento discorre sobre a mudança da escola para uma instituição mista (1928). Analisou-se como foi implantado o curso feminino, como esta mudança afetou o curso masculino e como foi estabelecida uma nova dinâmica escolar.

As principais fontes utilizadas na elaboração deste capítulo foram os próprios documentos da escola e as leis e os decretos instituídos na década de 1920, seja por meio de reformas ou por meio de medidas isoladas do governo do Estado de São Paulo. Articulando essas fontes foi possível, com base nas perguntas elaboradas na introdução, trazer novas informações e fazer inferências que possibilitaram compreender o cotidiano da escola de Franca nesse período.

O objetivo do terceiro capítulo é compreender como a escola de Franca absorveu as medidas decretadas pelo Código de Educação de

1933 e pela Superintendência da Educação Profissional e Doméstica⁴, criada em 1934. Como as modificações da escola de Franca referentes ao código e à Superintendência ocorreram ao longo da década de 1930, optou-se por dividir em dois momentos: o primeiro analisou o período de implantação do Código de Educação do Estado de São Paulo e a criação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica e como a escola de Franca reagiu logo após as ações governamentais; e o segundo momento analisou como a escola “absorveu” as mudanças impostas pelo Código e pela Superintendência no final da década de 1930 e início da década de 1940.

Na elaboração deste capítulo foram articulados os documentos da escola, o Código de Educação de 1933, os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo e as publicações da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo.

Ao final, encontram-se as considerações finais deste estudo.

⁴ Em 1938, foi promulgado o decreto n. 8.896, que alterava a denominação da Superintendência para Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo (Laurindo, 1960, p. 135).

CAPÍTULO I

I.1. O ENSINO PROFISSIONAL NO SISTEMA DE ENSINO PÚBLICO PAULISTA

O final do século XIX foi marcado por um intenso debate sobre os problemas do crescimento econômico do país, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação (Souza, 1998, p. 27). Inspirados, principalmente, em autores europeus, que difundiam as crenças básicas do liberalismo e do cientificismo, os segmentos liberais e republicanos da intelectualidade brasileira defendiam um programa de medidas considerado indispensável à modernização do país (Reis Filho, 1995, p. 214). Os republicanos apoiavam uma reorganização do sistema de ensino público, que implicava a garantia da instrução primária gratuita a todos, a liberdade de ensino em todos os graus e o estabelecimento do ensino leigo. Nesta expectativa de modernização foi elaborada a reforma do ensino público da Primeira República (Reis Filho, 1995, p. 36). No projeto liberal, a educação tornou-se uma estratégia de luta e um campo de ação política. Segundo Souza (1998, p. 26),

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo.

A educação popular passava a ser um elemento propulsor, um instrumento fundamental no projeto de civilização da nação brasileira. Por isso, os republicanos fizeram da educação popular um

meio de propaganda dos ideais liberais e reafirmaram a escola como instituição indispensável para o novo regime e para a reforma da sociedade (Ibidem, p. 30). Na primeira década do regime republicano, a escola pública já era compreendida não só como lugar onde se ensinavam os valores cívicos, mas como uma instituição guardiã de tais valores. O ensino popular, segundo o plano apresentado pelos republicanos, deveria dividir-se em: ensino primário, ensino secundário e ensino profissional (Reis Filho, 1995, p. 40).

A educação primária foi o grau de ensino que mais ganhou destaque no período. Era preciso fundar uma escola moderna, renovada nos métodos e nos processos de ensino. Assim, o método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo, a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional deu lugar ao método intuitivo⁵ e os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação (Souza, 1998, p. 29).

Outro aspecto da renovação do ensino público foi a escola leiga, desvinculada da moral religiosa e ajustada pelo civismo republicano. A educação moral e cívica, compreendida como a base da formação do cidadão republicano, ganhou destaque e consistiu espaço privilegiado de veiculação de projetos médico-pedagógicos.

A preocupação com a saúde e a higiene desempenhou, principalmente nas escolas primárias urbanas, um projeto de auxílio ao serviço sanitário e uma forma de intervenção das políticas públicas de saúde. Ao longo dos primeiros anos do novo regime, o governo do Estado demonstrou um grande empenho na aproximação da saúde com a educação e na criação de órgãos educacionais voltados à inspeção e normatização do novo sistema de ensino público.

⁵ O método intuitivo consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento. Esse método pressupunha uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do concreto para o abstrato. A prática do ensino concreto seria realizada pelas lições das coisas – forma pela qual foi vulgarizado na época em questão. Já o ensino tradicional se pautava na aprendizagem com base na memória e na repetição.

A primeira Constituição Republicana deixou a organização da instrução pública a cargo dos Estados Federados. Caberia a cada estado organizar, sob a base de um regime livre e democrático, sua estrutura de ensino. Os estados deveriam assegurar a organização do ensino geral e poderiam criar instituições de ensino secundário e superior. Entretanto, como aponta Antunha (1976), o sistema educacional brasileiro apresentava uma dualidade: o sistema federal, constituído por estabelecimentos de ensino superior e secundário, e os sistemas estaduais, autorizados a instituir escolas de todos os graus e tipos, mas na realidade especializado na manutenção da educação pública destinada às camadas populares.

No início da Primeira República, o ensino público paulista estava constituído da seguinte forma: ensino primário (curso preliminar e complementar); ensino secundário (fazendo parte o ensino normal); ensino superior e ensino profissional. Segundo Antunha (1976, p. 52),

Nota-se no início que o ensino profissional aparece no texto constitucional [Constituição Estadual de 14 de julho de 1891] como um tipo à parte, desvinculado dos demais. O próprio fato de vir relacionado em último lugar após o superior e, portanto fora da ordem de ascensão dos anos de escolaridade, distanciando do secundário parece indicar o pequeno interesse pelo seu desenvolvimento o que, aliás, é confirmado pelos próprios fatos: é diminuto o número de escolas profissionais criadas pelo governo estadual durante a primeira República.

Na implantação do novo sistema educacional público do Estado de São Paulo, o ensino profissional não foi contemplado com a criação de uma rede de escolas. Essa modalidade de ensino, tradicionalmente destinado às classes subalternas, não apresentou, de início, atenção especial dos poderes públicos estaduais, e aparentemente não se integrava de um modo orgânico ao conjunto das reformas republicanas da instrução pública.

Como afirma Weinstein (2004), a educação profissional organizada e formal, em São Paulo, tem suas raízes em instituições privadas fundadas, principalmente, por diversas ordens religiosas, como as escolas Salesianas, estabelecimentos de cunho privado, precursores na oferta de ensino profissionalizante. Existiam também as escolas particulares monotécnicas, que ofereciam cursos rápidos de comércio, corte e costura, inglês, pintura etc., funcionando na casa ou na oficina de um mestre ou em locais mantidos por ordens religiosas e sindicatos (Marques, 2003, p. 48). Bittencourt (1990, p. 22) aponta que

As escolas denominadas profissionais, pelos documentos oficiais de 1918, correspondiam “a três escolas mantidas pelo Estado” acrescida da “Escola de Aprendizagem de Artífices, do Governo Federal”. A iniciativa particular encarregava-se da maioria das escolas profissionais “em número de 85, com 4.869 alunos”. Apenas o ensino primário e normal contavam com a participação mais efetiva do governo estadual, embora houvesse também a presença do setor privado.

A criação das primeiras escolas públicas estaduais oficiais foi marcada pelo crescente processo de industrialização na cidade de São Paulo. A Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina da Capital foram criadas em 1911, e instaladas no Brás. Nessa época, esse bairro era habitado majoritariamente por operários, em sua grande parte, imigrantes, que trabalhavam nas fábricas lá estabelecidas. No mesmo ano, mais dois institutos foram instituídos no interior do Estado, um na cidade de Amparo e outro em Jacaréí⁶.

As escolas oficiais de ensino profissional combinavam cursos teóricos – noções de português, matemática e desenho técnico – e a prática na oficina (Lima, 2007, p. 39). Segundo Arnaldo Laurindo (1961), essas escolas apresentavam um caráter prático, oferecendo a

⁶ O Partido Republicano Paulista (PRP), por iniciativa do Secretário do Interior, Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, e do Presidente do Estado, Dr. Albuquerque Lins, publicou os Decretos n.º 2.118-A e n.º 2.118-B, criando a Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina, ambas na Capital, a Escola de Artes e Ofícios de Amparo e a Escola de Artes e Ofícios de Jacaréí. A instituição de Jacaréí encerrou suas atividades seis meses após sua inauguração, devido à falta de materiais, professores e alunos (Laurindo, 1961).

seus alunos oficinas diversificadas. Laurindo (1961) afirma ainda que para Aprígio Gonzaga, primeiro diretor da Escola Profissional Masculina da Capital, as instituições profissionais visavam a encaminhar moços, por meio de um sistema rápido e prático de educação profissional, para os vários ramos das profissões manuais e para as atividades industriais e comerciais. Assim, elas foram organizadas como “escolas oficinas”, ou seja, escolas que servissem aos ofícios e às artes e, simultaneamente, ministrassem aulas de instrução geral. As escolas ofereciam cursos de “artes e ofícios” para meninos e “economia doméstica e prendas manuais” para meninas e destinavam-se a crianças com mínimo de 12 anos e com o curso primário concluído ou conhecimentos equivalentes comprovados (Marques, 2003, p. 49).

Entre os anos de 1920 e 1930, mais de vinte escolas profissionais foram criadas em São Paulo, tanto particulares como estaduais e municipais. As estaduais correspondiam à Escola Profissional Masculina de Rio Claro, criada em 1920; em 1924, surgia a Escola de Franca; em 1927, o Instituto “Bento Quirino” de Campinas; em 1928, foi fundada a Escola Profissional Mista de Ribeirão Preto; em 1929, surgia a Escola Profissional Mista de Sorocaba; em 1930, as de Mococa e São Carlos; em 1933, o Instituto de Santos (Laurindo, 1961, p. 108).

Os anos de 1920, 1930 e 1940 foram marcados, no Estado de São Paulo, por intensas discussões e transformações relacionadas ao ensino profissional. Nesses anos, observava-se a eficácia de países industrializados como a Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, onde a técnica já era considerada um componente essencial na formação profissional. Educadores e políticos brasileiros, ao visitarem alguns desses países, demonstraram entusiasmo na valorização de um trabalhador mais especializado e técnico (Taira, 2000, p. 21). Nas primeiras décadas do século XX, os educadores envolvidos com o ensino profissional brasileiro posicionaram-se, de

forma tendenciosa, em torno de duas correntes: a que defendia que a escolarização profissional deveria ser toda desenvolvida nas escolas profissionais, como ocorria, por exemplo, na França, e a que, mais ligada aos industriais, defendia que a aprendizagem deveria ocorrer no trabalho alternadamente com a escola, como acontecia na Alemanha.

Na França, o ensino profissional estava voltado ao uso da psicotécnica e da ciência (Léon, 1960, p. 60). Nas instituições profissionais francesas, os cursos eram lecionados integralmente nas escolas, que ofereciam formação de marceneiro, mecânico e serralheiro, entre as mais comuns. Os franceses acreditavam que a preparação de um ofício não deveria ser excessivamente especializada e que a qualificação operária deveria compreender a aquisição de conhecimentos teóricos e habilidades manuais precisas (Ibidem, p. 95). O ensino profissional público desenvolvido no Estado de São Paulo, durante, principalmente, as três primeiras décadas do século XX, era muito parecido com o ensino oferecido pelas escolas profissionais francesas.

Na Alemanha predominava o sistema dual no ensino profissional, ou seja, as disciplinas teóricas, como desenho e tecnologia das profissões, ocorriam na escola, ficando a parte de ofícios para ser ensinada nas oficinas das indústrias privadas (Fonseca, 1929, p. 113). A penetração do sistema dual nas escolas profissionais estaduais só foi sentida a partir da década de 1930.

I.2. A CIDADE DE FRANCA E SUA ESCOLA PROFISSIONAL

Na década de 1920, a cidade de Franca, localizada a 500 quilômetros da capital do Estado de São Paulo, era um município rural habitado por cerca de quarenta mil habitantes (Tosi, 1998, p.

142). Segundo Oliveira (1997), durante o século XIX a região de Franca caracterizou-se, sobretudo, pela diversificação das atividades econômicas, tanto primárias como artesanais: pecuária, agricultura, tecelagem, mineração, comércio de sal, selaria e sapataria. Dentre as atividades produtivas, a criação de animais, principalmente bovinos, foi a de maior vigor e acabou exercendo um “efeito multiplicador”, ou seja, incentivador de outras atividades.

A atividade pastoril proporcionou o aparecimento da produção de artigos manufaturados de couro. O artesanato do couro foi uma atividade de relevância no século XIX. Em 1886, o padre Alonso Ferreira de Carvalho fundou o curtume Cubatão, primeiro de uma série de curtumes posteriormente instituídos na cidade. A explicação mais provável para a especialização da indústria de Franca no segmento de calçados, no século XX, é a secular tradição da cidade na manufatura do couro (Lima, 2007, p. 95).

A dinâmica da economia francana deveu-se à integração dos mercados locais com outras regiões, principalmente com as Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Franca, favorecida por sua localização próxima à “estrada dos Goyazes”⁷, sempre atendeu ao mercado regional e local (Coelho, 1997, p. 69). No final do século XIX, a cidade já era servida de dezessete selarias, entre as “oficinas obrigadas a pagar direitos”. Tais oficinas dedicavam-se à confecção de selas, arreios, laços e outros bens manufaturados em couro. Os sapateiros também tiveram destaque. Eram nove oficinas, que mantinham suas atividades profissionais em virtude da criação de bovinos, que fornecia a matéria-prima (Oliveira, 1997, p. 66).

Embora o café não esteja ligado diretamente ao desenvolvimento da indústria em Franca, no período de 1890 a 1920 ele foi o principal produto da economia da cidade. Toda a região do “Noroeste Paulista”, da qual fazia parte a zona de Ribeirão Preto, Cravinhos, São Simão, Batatais e Franca, ganhou relevância. Os grandes latifundiários e

⁷ A “estrada dos Goyazes” era utilizada por viajantes que seguiam em busca do ouro de Goiás.

comerciantes financiaram a criação da rede ferroviária, a fim de tornar mais eficiente o transporte do produto até o porto de Santos, de onde o café era exportado para a Europa e os Estados Unidos (Zucchi, 2008, p.7). Em 1883, quando a ferrovia chegou a Ribeirão Preto, esta cidade já era a grande produtora de café da região. Em Franca, a chegada dos trilhos da Mogiana, em 1887, foi responsável pelo crescimento do plantio do café, porém, a cafeicultura não promoveu a erradicação das atividades tradicionais destinadas ao mercado interno e não gerou um domínio monocultor. Como afirma Tosi (1998, p. 132),

...seria incorreto pensar a cafeicultura como tendo atraído a ferrovia, tanto quanto imaginar a existência de “cafelistas” de expressão no município antes da sua chegada. Portanto, não foi Franca que se ligou as demais cidades pela força de seus senhores, foi o complexo do cafeeiro que projetou seus tentáculos por meio da ferrovia e fez reproduzir em Franca os padrões que o caracterizavam.

O café veio dinamizar a pecuária, a agricultura de abastecimento interno, o comércio e a manufatura. A estrutura econômica diversificada foi fortalecida e ampliada pela cafeicultura, que produzia para o mercado externo e gerava recursos e demandas no mercado interno (Oliveira, 2006, p. 66). A dinamização da economia, propiciada pelo café, reafirmou a posição de Franca como entreposto comercial. A cidade consolidou o seu papel de região cafeicultora sem perder o caráter de município produtor e distribuidor de produtos para o mercado interno (Ibidem, p. 72).

O núcleo urbano da cidade começou a se consolidar nos primeiros anos do século XX. A população francana, que permanecia alojada de forma dispersa pelo município, passou a se concentrar no centro da cidade e perto da estação ferroviária. Nessa época, o centro acolhia as casas de comércio varejistas, as oficinas, os cafés, os restaurantes, etc. O centro também era o local de sociabilidade e moradia das famílias mais abastadas, que passaram a residir próximo

à igreja da matriz, localizada na praça central, onde ocorriam festas religiosas e comemorações cívicas. Em 1900, surge a *Tribuna de Franca*, primeiro jornal da cidade, idealizado por Francisco Cunha, e, em 1915, é lançado o *Comércio de Franca* (Palermo, 1980, p. 190).

A vinda das famílias abastadas para o centro da cidade trouxe uma preocupação com a instrução educacional local. No final do século XIX e início do XX, o Liceu Culto às Letras, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, dirigido por religiosas, o Colégio Cândido Alves, internato e externato para o sexo masculino, o Colégio dos Maristas e algumas escolas isoladas que funcionavam precariamente, eram os únicos estabelecimentos de ensino que compunham o cenário escolar da cidade (Bentivoglio, 1999, p. 70). Com as instituições educacionais religiosas e a igreja da matriz, o clero assumia sua função de “intelligentzia” no município e também conduzia a vida cultural da cidade (Ibidem, p. 71).

A EPF passou a fazer parte desse cenário na década de 1920. Criada em 1919, só começou a funcionar efetivamente em 1924, com a conclusão das obras do seu prédio escolar. Para Franca, que no início da década de 1920 possuía apenas um grupo escolar⁸, a escola profissional representava um avanço na instrução da cidade. Nos anos de 1920 também surgiu o Ateneu Francano, escola profissionalizante em contabilidade (Ibidem, p. 80-81).

Entre 1900 e 1930 houve um aumento da população, que ocorreu tanto em função do crescimento vegetativo como da imigração (Oliveira, 2006, p. 198). Nesse período, apesar de a economia francana caracterizar-se por uma intensa atividade agrícola, já apresentava um crescimento da concentração demográfica em áreas urbanas da cidade. O processo de urbanização da cidade já contava com um abastecimento mais regular de energia elétrica e água e com o crescimento mais planejado dos bairros. A urbanização esteve atrelada às transformações econômicas e sociais que, no caso

⁸ O grupo escolar Coronel Francisco Martins.

específico de Franca, antecederam o aparecimento da indústria (Bentivoglio, 1999, p. 76).



Fachada da Escola Industrial Dr. Júlio Cardoso, foto de 1945 (Moraes, 2002, p. 123).

CAPÍTULO II

2.1. A IMPLANTAÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE FRANCA (1º MOMENTO: 1924– 1927)

Nas décadas de 1910 e de 1920, o pensamento em voga sobre a formação do aluno das escolas profissionais estava ligado à idéia da formação integral, que, na definição do diretor da Escola Profissional Masculina da Capital, Aprígio Gonzaga (*apud* Marques, 2003, p. 44), era fazer do aluno um obreiro completo:

Há no ensino profissional um único método – o integral. Por ele se entende a preparação técnica e literária, em seguimento harmônico, de modo que no fim do curso, o operário seja um homem completo. Assim, no ramo escolhido, quer seja o ferro ou a madeira, ele tem necessidade, pensamos, de obedecer à marcha que o homem segue na natureza, acompanhando as fases de elaboração do mesmo modo que a evolução da arte seguiu, para ter dela um conhecimento geral, demorando-se somente no ramo principal, para a perfeição do conjunto (...).

O diretor da Escola Masculina da Capital condenava a especialização do trabalhador em apenas uma atividade e defendia que uma formação mais extensiva da mão-de-obra resultaria em um domínio completo do processo de produção.

Os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo da década de 1920 orientavam para que as escolas profissionais adotassem uma metodologia conhecida como “slöjd”, que tem no trabalho manual e no educar das mãos seus princípios de aprendizagem. O “slöjd” paulista, segundo Marques (2003, p. 108), consistia no emprego de uma série de modelos que vão crescendo em dificuldade, tendo como base o desenho.

Embora a grande imprensa e os educadores ligados ao meio oficial vissem as escolas profissionais como modelos de ensino, especialistas adeptos de modernas concepções pedagógicas passaram a criticá-las, chamando-as de instituições retrógradas. Nos debates ocorridos no final da década de 1920, sobressaíram as ideias de um grupo entusiasmado por postulados da racionalização. Em 1926, Fernando de Azevedo organizou no jornal *O Estado de S. Paulo* um inquérito em que discutia os principais problemas da instrução pública no estado em todos os níveis. Possivelmente, ao selecionar os inquiridos, Fernando de Azevedo tenha escolhido aqueles que estivessem de acordo com suas ideias sobre como deveria ser a educação. Dentre eles estavam elementos vinculados à Liga Nacionalista⁹ e ao movimento educacional renovador, tais como Reynaldo Porchat, Paulo Pestana, Amadeu Amaral, Roberto Mange, Lourenço Filho e Almeida Júnior (Marques, 2003, p. 15).

Esse documento aponta que os inquiridos acreditavam na precariedade e na falta de organização proveniente do “desinteresse e ignorância” do governo em relação à educação. Entre as falhas apontadas estão: o funcionamento das escolas em instalações rudimentares, o despreparo do professor, que muitas vezes tinha formação apenas no curso normal, e os próprios objetivos que deveriam ser alcançados pelo ensino de ofícios, carente de um sistema de ensino profissional que se organizasse desde o ensino elementar (Lima, 1992, p. 37). Segundo Marques (2003), o inquérito demarca uma mudança de concepção do ensino profissional, do aprendizado de ofício à seleção e treinamento de um conjunto de habilidades, determinadas, principalmente, por meio da psicotécnica.

No debate acerca da educação pública estadual, a década de criação da escola de Franca foi um período marcado por discussões

⁹ Com sede em São Paulo, a Liga Nacionalista do Brasil promoveu o nacionalismo, compreendido como culto à Pátria, aos seus valores e defendeu a efetividade do voto, o desenvolvimento da educação moral e cívica e da educação primária, secundária e profissional (Nagle, 1976, p.47).

relacionadas ao ideário racionalizador e da valorização da técnica e da ciência. Educadores renomados consideravam os métodos científicos como uma chave para reformar o sistema de educação pública. Para o ensino profissional, compreendiam que a aplicação dos métodos racionais à capacitação e aprendizagem profissional resultaria em uma formação da força de trabalho mais disciplinada e mais qualificada. Apesar do intenso debate educacional na década de 1920, foi somente nos anos de 1930 que novas medidas de caráter racional e técnico foram decretadas em relação ao ensino profissional.

No período de implantação da EPF, o ensino profissional estadual era regulamentado por meio de leis e decretos expedidos pelo Estado de São Paulo. Segundo essa legislação, o curso profissional oficial estadual deveria ser integral¹⁰, gratuito e com duração de três anos. As escolas profissionais eram destinadas a crianças maiores de 12 e menores de 16 anos, que tivessem o curso primário concluído ou conhecimentos equivalentes comprovados e que não possuíssem moléstias contagiosas. As escolas profissionais do interior do Estado deveriam também oferecer o curso preliminar, no período da noite. Assim, instituições públicas do interior, devido à falta de escolas de instrução primária elementar nas cidades, poderiam aceitar alunos analfabetos. Caso o aluno fosse analfabeto, deveria frequentar o ensino profissional no período diurno e o curso preliminar no período noturno.

O ano letivo das escolas públicas profissionais estaduais era dividido em dois semestres. Normalmente, as matrículas ocorriam em janeiro e as aulas começavam em fevereiro; as férias ocorriam no final do mês de junho e no final do ano. Como o aluno passava o dia na escola, conforme a legislação, as instituições profissionais podiam oferecer a sopa escolar.

¹⁰ De segunda a sexta, período integral; aos sábados, meio período.

O programa de cultura geral¹¹ das escolas profissionais, publicado em 1920, indica que essas escolas deveriam oferecer noções elementares da língua materna e educação cívica, de cálculo aritmético e geométrico (matemática) e de geografia e história do Brasil¹². A formação das escolas profissionais incluía ainda aulas de desenho profissional e aulas práticas nas oficinas, com base no método do sistema de formação integral.

Nesse período, as aulas de cultura geral contribuíam para a “formação do sentimento pátrio e o desenvolvimento do civismo” (Thompson *apud* Gabriel, 2003, p. 74). Assim, as disciplinas de educação cívica, português, geografia e história promoviam o fortalecimento dos vínculos de tradição e identidade, veiculando um conteúdo nacionalista (Gabriel, 2003, p. 56). O ensino moral e o ensino cívico ganharam destaque nessa época e eram vistos como atividade instrutiva. Seus conhecimentos deveriam ser trabalhados de forma gradual e progressiva, como matéria do currículo (Ibidem, p. 77).

Como pontua Bittencourt (1990, p. 27), as reformas de ensino para as escolas primárias e secundárias ocorridas no início do século XX apresentavam uma tendência de o Estado dominar a organização escolar, especialmente os programas de ensino. Com a Reforma Sampaio Dória¹³, o programa de ensino das escolas profissionais abre espaço para disciplinas de história, geografia e educação cívica. Assim, pode-se deduzir, como a autora conclui sobre o ensino primário paulista, que as disciplinas escolares do ensino profissional também integravam projetos educacionais moldados na uniformização de uma cultura escolar e que a questão da educação associada à

¹¹ Optou-se por manter as nomenclaturas utilizadas pela própria escola para designar as disciplinas e os tipos existentes, tais como disciplinas de cultura geral e práticas.

¹² Na década de 1920, na EPF, as disciplinas de história do Brasil e geografia eram ministradas conjuntamente.

¹³ Reforma que institui as disciplinas de educação cívica e de história e geografia no programa curricular das escolas profissionais estaduais.

nacionalização também permeou as reformas dessa modalidade de ensino, durante, principalmente, a década de 1920.

As escolas profissionais eram incentivadas pelo governo do Estado a abrirem cursos noturnos de aprendizado e aperfeiçoamento profissional. Esses cursos deveriam ser frequentados por alunos de 18 a 50 anos de idade. O programa curricular deveria abranger noções gerais da língua materna, matemática aplicada às profissões, desenho profissional e trabalhos práticos do ofício escolhido (Laurindo, 1960, p. 144). Os alunos das profissionais deveriam produzir nas oficinas diurnas ou noturnas “objetos úteis e vendáveis” que possibilitassem a escola reaver, pelo menos, o custo da matéria-prima empregada. O Estado orientava que as rendas apuradas nas escolas profissionais fossem aplicadas em benefício das próprias escolas (Ibidem, p. 163-164).

Em 1924, ano de inauguração da Escola Profissional de Franca, o cenário das escolas estaduais profissionais oficiais era composto por mais quatro escolas, duas na Capital e duas no interior do Estado. Em uma pequena nota, o jornal *Commercio de Franca*, de 06 de novembro de 1919, registrava a aprovação, pelo governo paulista, do decreto de outubro, autorizando à Secretaria do Interior o crédito de trezentos contos de réis, destinados às obras de instalação das escolas profissionais de Rio Claro e Franca. Segundo Lima (2007, p. 42), a criação da EPF teria sido possível após a mobilização do Partido Republicano Paulista (PRP) e do empenho do deputado estadual da época, Júlio Cardoso, junto ao governo do Estado. A instalação da escola profissional na cidade de Franca dependeu, ao que parece, muito mais da força de políticos da região do que de um projeto planejado de expansão da rede estadual. Segundo Gonçalves (2001) e Buffa e Nosella (1998), as escolas profissionais de Rio Claro e São Carlos também foram criadas por meio de conquistas de forças

políticas da época¹⁴. A instituição profissional de Franca teve várias denominações ao longo do período estudado, mas sempre manteve o nome atrelado ao do seu patrono, o deputado Júlio Cardoso.

Em 25 de abril de 1924, dia da inauguração da escola profissional, foi decretado feriado municipal e a cidade promoveu uma festa, que contou com a presença do então Presidente do Estado, Washington Luis, e sua comitiva, formada pelo Secretário do Interior, Alarico Silveira, e Guilherme Kullman, Diretor Geral da Instrução Pública. A escola, instalada no centro, ao lado da Câmara Municipal, adquiriu um certo *status* na cidade. A profissional de Franca começou a funcionar como um estabelecimento masculino de educação profissional e foi dirigida, nos seus primeiros anos, pelo diretor Paschoal Montezano Salgado.

Todas as escolas profissionais públicas estaduais criadas na década de 1920 e localizadas no interior do Estado foram instaladas no centro de suas respectivas cidades, ganhando destaque no cenário educacional local. Alguns prédios foram construídos, outros somente adaptados, contudo, as escolas profissionais estavam alojadas em grandes construções. O prédio construído especialmente para abrigar a EPF obedeceu a uma tendência das edificações do período, com traçados geométricos. O edifício central, com altura superior às demais dependências, abrigava a administração, os sanitários e as salas de aula para as disciplinas de instrução geral. Atrás do edifício central havia três galpões que acolhiam nove salas para oficinas, nas quais três ficavam do lado esquerdo, três na parte central e as outras três do lado direito. Como o prédio central é mais alto do que os galpões, quem está nele tem uma visão ampla de todas as oficinas, podendo manter uma maior vigilância. Os interiores das oficinas apresentavam janelas altas que impediam a vista exterior e evitavam dispersar e desviar a atenção dos alunos.

¹⁴ A Escola Profissional de Rio Claro foi criada em 1920 e a Escola Profissional de São Carlos em 1932.

As aulas de cultura geral eram ministradas das oito às onze horas da manhã e depois os alunos tinham uma pausa de uma hora para o almoço. No período da tarde, os alunos retornavam para as atividades nas oficinas, onde permaneciam por volta de quatro horas. Assim, o curso profissionalizante era dividido em dois turnos, o da manhã, dedicado às aulas teóricas, e o da tarde, reservado para as aulas práticas. Para o educando passar de ano contabilizavam-se as notas, frequências e condutas na escola (Oliveira, 1992, p. 84).

O diretor da EPF, em seu relatório de 1925, justifica que a escola oferecia o almoço completo, pois a instituição, por ser a única dessa modalidade na região, contava com um grande contingente de educandos residentes em localidades vizinhas, que saíam cedo de suas casas e regressavam tarde. Segundo registros da escola, a companhia de trem Mogiana fornecia passes livres para os alunos que morassem nas redondezas.

A maioria dos alunos da EPF era de nacionalidade brasileira, mas os filhos de estrangeiros representavam uma parcela considerável da clientela da escola¹⁵, como mostram os livros de matrículas. A profissão mais comum dos pais dos alunos era lavrador, seguido de seleiro, pedreiro, pintor, carpinteiro, eletricista e comerciante. Havia também, embora em menor número, filhos de funcionários públicos, ferroviários, alfaiates e mecânicos. Esses dados definem a clientela escolar composta por uma maioria de alunos filhos de trabalhadores rurais e, ao que tudo indica, uma clientela de baixa renda.

A EPF possuía um professor de língua materna, um professor de matemática e um professor de desenho profissional para as aulas de instrução básica. O quadro docente contava também com um mestre para cada oficina e dois ajudantes de mestres, um na seção de mecânica e outro na de marcenaria, e havia ainda um professor primário para o curso noturno preliminar e um mestre para o curso

¹⁵ Um terço dos alunos tinha pais estrangeiros, majoritariamente de origens portuguesa, espanhola, italiana e síria.

noturno de escultura e plástica. Todos os professores nessa época eram do sexo masculino. Nas escolas profissionais eram chamados de mestres os docentes das oficinas e de professores os que ministravam as aulas teóricas (Buffa e Nosella, 1998, p. 105). Quando a escola de Franca começou a funcionar, os instrutores das oficinas eram selecionados entre profissionais da cidade, que já trabalhavam com a atividade a ser ensinada. Exigia-se formação específica apenas para as disciplinas de português, matemática e história do Brasil e geografia (Freitas, 1954, p. 51).

Percebe-se, pelo quadro de funcionários da escola de Franca, que em meados da década de 1920, o quadro de disciplinas de cultura geral da EPF era composto apenas por aulas de português e matemática e, mesmo com a reforma Sampaio Dória, que impôs outras disciplinas, a escola de Franca não acatou, de início, essa exigência. As cidades do interior do Estado apresentavam, nesse período, um escasso corpo docente com formação específica e, com isso, apesar de algumas disciplinas terem sido instituídas legalmente, pode-se cogitar que talvez não tenham sido implantadas por falta de professores especializados.

Segundo o *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1926, a escola profissional de Franca foi obrigada a instalar apenas a disciplina de educação cívica junto às aulas de português. O papel do ensino cívico, mais uma vez, demonstra sua relevância nos projetos de constituição da formação do novo cidadão ao ser o único a ser implantado. Percebe-se, claramente, como os republicanos tinham um grande interesse na obrigatoriedade, nas escolas públicas profissionais, das disciplinas de educação cívica, história do Brasil e geografia.

Era destinada uma hora por dia a cada disciplina teórica¹⁶ (Taira, 2000, p. 24). Estas aulas ocorriam em salas divididas por classe

¹⁶ Uma hora destinada ao aprendizado de português, uma hora para matemática e uma hora para desenho profissional.

ou grupos de alunos distribuídos por grau de adiantamento, contendo carteiras individuais, quadro negro e mapas. Segundo Cruz (2008, p. 65) e Gonçalves (2001, p. 150), as escolas profissionais de Campinas e Rio Claro ofereciam as mesmas aulas de cultura geral que a escola de Franca. Essas três escolas profissionais estaduais existentes na época, localizadas no interior do Estado, não cumpriram totalmente o decreto expedido pelo Reforma Sampaio Dória.

Nesse mesmo período, a Escola Profissional de Rio Claro dispunha de três seções: mecânica, marcenaria e pintura (Gonçalves, 2001, p. 117). Alves e Moraes (2002, p. 73) pontuam que a escola de Amparo oferecia cursos de mecânica, marcenaria, selaria, correaria e trançagem e a Escola Profissional de Campinas apresentava apenas as seções de mecânica e marcenaria. A Escola Profissional Masculina da Capital mantinha seções de mecânica, marcenaria, pintura, eletricidade e funilaria (Taira, 2000, p. 22). Analisando o currículo prescrito das escolas profissionais estaduais existentes até 1927, nota-se que as únicas seções comuns a todas elas eram mecânica e marcenaria, e que as seções variavam conforme a localidade da instituição.

Por essa época, a EPF passou a oferecer a seus alunos, na parte prática e em seus primeiros anos, cinco seções¹⁷: mecânica, marcenaria, selaria, sapataria e pintura, que eram compostas pelas oficinas de: fundição, serralheria, ferraria, entalhe, tornearia, pintura, selaria e sapataria. A existência das seções de sapataria e selaria, na EPF, sugere uma preocupação em instalar oficinas voltadas ao potencial comercial que a cidade demonstrava. Na segunda década do século XX, altera-se a economia da cidade de Franca, quando o preço do café passa a oscilar no mercado mundial e a produção de artefatos em couro, como sapatos, chinelos e botas, ganha impulso (Lima, 1997, p.19). A documentação pesquisada indica, portanto, que

¹⁷ As seções indicavam o curso profissionalizante, e as oficinas compunham esse curso.

em seus primeiros anos de funcionamento, a EPF ofereceu oficinas segundo a localidade em que fora implantada.

Além da profissional de Franca, a outra escola profissional que mantinha uma seção de selaria era a Escola Profissional de Amparo. Considerando as fotos das produções dos alunos desta seção, percebe-se que as duas escolas fabricavam os mesmos tipos de objetos (Alves; Moraes, 2002, p. 83).

As oficinas ocorriam no período da tarde e eram lecionadas em grandes salas. Nota-se, por meio das fotografias oficiais¹⁸, que essas salas não mantinham a mesma disposição das salas destinadas a aulas teóricas: no lugar de carteiras havia pranchetas, grandes mesas coletivas e cavaletes. Os alunos da EPF utilizavam matérias-primas, ferramentas e máquinas cedidas pela escola para elaborar seus trabalhos manuais. Eles aprendiam o funcionamento e limpeza das máquinas, a reconhecer as diferentes matérias-primas, a construir ferramentas, a ajustar peças etc (Taira, 2000, p. 22). Nas oficinas predominavam as ferramentas como instrumento de trabalho, sendo o movimento que o aprendiz imprimia a este, o núcleo da aprendizagem. Tal fato indica que o curso das profissionais, neste momento, era voltado ao trabalho manual (Ibidem, p. 25).

Segundo o livro de inventário de móveis e objetos da profissional de Franca, as oficinas possuíam maquinário simples, como tornos, fornos, pequenas máquinas e ferramentas. O livro de registro da produção de artefatos dos alunos mostra que os educandos da EPF produziam, na seção de selaria, objetos como tapa-cabrestos, cintos, rédeas, arreios para carroça, pastas para papéis, bolsas, chicotes, carteiras. Na seção de sapataria, produziam sapatos e botinas; na seção de marcenaria, escrevaninhas, gabinetes, cabides, porta talheres, bancos para jardim, mesas de xadrez, caixas para ferramentas. Na seção de mecânica, produziam parafusos,

¹⁸ A Escola Profissional de Franca possui, entre seus documentos, um álbum de fotos oficiais, produzido pelo governo do Estado.

ventiladores, engrenagens para pequenas máquinas, frisadores e faziam consertos de pequenas máquinas.

Os trabalhos elaborados pelos alunos da EPF eram feitos em pequena escala e condiziam com a demanda econômica local, visto que Franca ainda era uma região rural. Esses objetos eram colocados à venda e, caso não fossem vendidos, ficavam guardados para a exposição de trabalhos do final do ano. Este evento, que normalmente ganhava cobertura da imprensa, contava com a presença do prefeito da cidade, de autoridades locais, e era tido como uma vitrine da instituição, no qual toda sociedade local podia ver e comprar o que os alunos da profissional produziam. Em geral, todas as peças eram liquidadas e o dinheiro arrecadado era repassado ao Estado, que enviava novamente matéria-prima para o próximo ano letivo (Lima, 2007, p.83). Os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo faziam referência à adoção do método do “slöjd” nas escolas públicas profissionais estaduais. Porém, não foi possível verificar se esse método foi efetivamente utilizado na EPF, dada a precariedade da documentação existente.

Segundo o *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1926, matricularam-se na escola de Franca 475 alunos. No período diurno havia 99 matriculados em mecânica, 110 em marcenaria, 20 em selaria, 20 em sapataria e 20 em pintura, representando um total de 269 alunos. Os primeiros dados da EPF mostram que as seções de sapataria, selaria e pintura não eram muito procuradas. As duas seções dirigidas à demanda local e oferecidas pela EPF apresentaram os menores números de matriculados; por outro lado, os cursos de marcenaria e mecânica mantinham bons índices de procura, talvez porque preparassem para diversos setores de produção, não possuindo caráter muito específico¹⁹.

¹⁹ As seções de mecânica e marcenaria, da escola de Franca, eram as duas únicas compostas por mais de uma oficina; mecânica oferecia as oficinas de fundição, serralheria e ferraria e a de marcenaria oferecia de entalhação e tornearia, promovendo uma formação mais ampla.

Quanto aos primeiros alunos diplomados em 1927, o número é muito baixo. Do total de 269 alunos matriculados no período diurno, apenas dez conseguiram se formar após os três anos previstos de estudos. Dois motivos podem explicar esse número irrisório de formados: a evasão dos alunos durante o curso, que encontravam emprego e abandonavam os estudos, e o alto número de reprovações. Apesar de não haver informações precisas sobre o número e o motivo das reprovações, percebe-se que o número de repetentes era expressivo.

A EPF também funcionava no período da noite. Neste turno, a escola oferecia o curso preliminar e o curso de aperfeiçoamento profissional. O curso primário preliminar era ministrado para os alunos da própria escola e para a comunidade local. Nesta época, ainda era reduzido o número de escolas públicas que ensinavam a ler, escrever e contar em Franca. As escolas profissionais, ao oferecerem o curso preliminar, acabavam por desempenhar um papel mais amplo do que apenas o de escolas destinadas ao ensino das artes e ofícios.

As seções noturnas de desenho profissional e de escultura e plástica, voltadas aos que já estivessem trabalhando na área, compunham o curso noturno de aperfeiçoamento, que ainda contava com aulas de português e matemática aplicada às profissões. Nos primeiros anos de funcionamento da escola, havia três classes com cerca de cinquenta alunos. Esse curso profissional noturno também era oferecido nas escolas profissionais masculina da Capital, de Rio Claro e Campinas. Observando as duas seções noturnas oferecidas nas escolas públicas profissionais estaduais, nota-se que esse curso de aperfeiçoamento era mais voltado ao desenho e à arte.

Apesar da circulação de novas ideias acerca do ensino profissional, na década de 1920, a EPF manteve uma formação voltada integralmente aos trabalhos manuais. O quadro discente era composto por uma maioria de filhos de lavradores, seleiros, pedreiros e pintores, ao que parece, uma clientela de baixa renda. A escola de

Franca contava com um quadro docente enxuto, composto por quatro professores, dos quais dois lecionavam em ambos os períodos, sete mestres e dois ajudantes.

Ao comparar a EPF com as outras escolas profissionais públicas estaduais existentes no mesmo período, percebe-se que todas ofereciam cursos diurnos e noturnos, porém, com currículos formais diferentes. O currículo formal geral do curso diurno dessas escolas era dividido em três horas diárias dedicadas à instrução geral, e quase cinco horas diárias dedicadas a aulas práticas. Já o curso noturno, de três horas diárias, dedicava-se praticamente ao ensino nas oficinas. Apesar de cada período oferecer um modelo de curso profissional, em ambos os currículos, as aulas práticas eram elementos centrais nos currículos das escolas profissionais oficiais estaduais.

Nesse período, o programa curricular da EPF priorizava o ensino das profissões mais adequadas à economia da região, oferecendo as seções de selaria e sapataria. Todas as disciplinas que figuraram no currículo da escola profissional de Franca foram ministradas, apesar de a escola não acatar plenamente o decreto que impunha a instituição das aulas de educação cívica, história do Brasil e geografia. Houve um esforço do governo em colocar em funcionamento apenas a aula de educação cívica na escola de Franca, que passou obrigatoriamente a ser ministrada junto à aula de português.

2.2. A ESCOLA PROFISSIONAL MISTA DE FRANCA (2º MOMENTO: 1928-1932)

No final da década de 1920, a legislação educacional estadual continuava a orientar as escolas profissionais oficiais que mantivessem como prioridade o ensino das profissões mais adequadas a suas respectivas localidades e segundo um plano geral de educação profissional baseado na formação integral do educando. Conforme o

decreto nº 3.366, de 1921, as escolas mistas e femininas profissionais eram obrigadas a oferecer o curso de economia doméstica, composto por aulas de puericultura, higiene, economia doméstica e contabilidade doméstica (Laurindo, 1960, p. 150). Estas disciplinas deveriam possuir caráter teórico e prático e abranger noções de preparação de alimentos e questões de arranjo do lar, como atividades de lavar, passar e engomar. Segundo Oliveira (1992, p. 42-43), foi sob a direção de Oscar Thompson e, depois, Sampaio Dória, que na instrução pública paulista o discurso sobre a formação feminina voltada à higiene e ao lar ganhou peso. Houve um grande empenho por parte dos órgãos ligados à saúde em incorporar na educação feminina metas de higienização e combate à mortalidade infantil. No final da década de 1920, já existia o Instituto de Higiene, que oferecia cursos de educação sanitária para professores da rede pública de ensino. A mulher agora era vista como mantenedora da ordem dentro da família, garantindo a salubridade de seus filhos e maridos (Caraponale, 2006, p.5).

Em 1928, a EPF passou a oferecer seções femininas, tornando-se uma escola mista, e sua denominação mudou para **Escola Profissional Mista de Franca (EPMF)**. A escola começou a oferecer quatro seções voltadas ao público feminino maior de 12 e menor de 16 anos de idade e que não possuísse moléstias contagiosas. Neste mesmo período, havia apenas duas escolas públicas profissionais estaduais para o público feminino, a feminina da capital e de Campinas. Como o curso preliminar noturno da EPMF foi estendido às mulheres, as alunas também podiam ser analfabetas, desde que frequentassem este curso no período da noite. O calendário escolar foi mantido como no curso masculino, com férias duas vezes ao ano, aulas teóricas no período da manhã e aulas práticas à tarde.

O quadro discente feminino era muito semelhante ao masculino, com a maioria das alunas brasileiras. Dentre as profissões mais comuns dos pais, encontramos lavradores, seleiros, pedreiros,

comerciantes, operários, condutores de veículos e eletricitistas. Assim como o masculino, o quadro feminino também é composto por uma clientela, em sua maioria, de baixa renda. Diferentemente dos alunos, quase todas as alunas não residiam na cidade de Franca, mas em localidades próximas, afinal, mantinha-se escassa a oferta de escolas profissionais na região.

No curso feminino das profissionais públicas estaduais as aulas eram normalmente lecionadas por professoras. Na escola de Campinas e na profissional de São Carlos, todas as aulas do curso feminino eram dadas por professoras (Cruz, 2008, p. 63; Buffa e Nosella, 1998, p. 69). Porém, a EPMF, conforme os livros de ponto dos funcionários, mantinha apenas um professor para cada disciplina e, com isso, as alunas tinham aulas de português e matemática com os mesmos professores que os meninos. Para as aulas de desenho havia um professor para cada turma, mas, ao que parece, a profissional de Franca sofreu com a falta de professores.

A princípio, o quadro de aulas teóricas era composto pelas disciplinas de português, educação cívica, matemática e desenho profissional. Em 1928, a escola de Franca ainda não havia ampliado o quadro das disciplinas de cultura geral e nem implantado o curso de economia doméstica. A profissional de Franca, comparada com outras escolas estaduais profissionais, foi a que apresentou, neste período, o menor quadro de aulas gerais, pois, além de ainda não possuir um professor de geografia e história do Brasil, seu currículo de formação profissional feminino não contemplava aulas voltadas aos afazeres do lar.

As escolas profissionais de Campinas e Sorocaba²⁰ ofereciam aulas de português, matemática, desenho, economia doméstica e puericultura (Cruz, 2008, p. 62; Alves, Moraes, 2002, p. 144). A Escola Profissional Feminina da capital ministrava aulas de português, matemática, desenho, educação cívica, geografia e história

²⁰ A Escola Profissional de Sorocaba foi criada em 1929.

do Brasil e educação física (Oliveira, 1992, p. 38, 39). As cadeiras de economia doméstica e arte culinária figuraram no currículo durante anos, e somente em 1929 começaram a fazer parte do currículo ativo da escola. Nota-se que as escolas profissionais femininas ou mistas já haviam ampliado a formação da mulher, que agora passava a receber instruções para ser boa dona-de-casa e mãe (Oliveira, 1992, p. 46-47). Essas escolas expandiram seus currículos e instalaram dispensários em suas seções femininas. Em 1931, a escola feminina de São Paulo, em 1933, a escola de Campinas e, em 1934, as escolas profissionais de São Carlos e Sorocaba já possuíam seus próprios dispensários, que tinham por objetivo primordial proporcionar a formação sólida para as futuras mães de família (Laurindo, 1960, 246). Nos dispensários, as alunas também atendiam à comunidade local, instruindo as mães quanto à maneira correta de preparar a alimentação e promovendo exames de rotina em crianças (Ibidem, p. 160-161).

Cada oficina era lecionada por uma mestra e uma ajudante em uma ampla sala equipada com mesas coletivas, máquinas e instrumentos de costura. As quatro seções oferecidas na escola de Franca eram: corte e confecções, roupas brancas, rendas e bordados e flores e chapéus. Comparando as seções femininas existentes nas diferentes escolas profissionais públicas estaduais, percebe-se que a base de formação dessas escolas é igual, ou seja, todas ofereciam as mesmas quatro seções, constituindo um padrão de formação profissional feminino dedicado às prendas manuais. Neste período, somente a Escola Profissional Feminina de São Paulo oferecia também um curso para formação de mestras (Ibidem, p. 68). Assim, conclui-se que havia o reconhecimento de um padrão para a formação profissional feminina, que independia da adequação à necessidade local.

A máquina de costura era a ferramenta básica das seções femininas e, em média, cada oficina possuía quatro máquinas. As

alunas costumavam produzir roupas para adultos e crianças, panos de prato, jogos de cama, aventais, toalhas, cortinas, arranjo de flores, chapéus, caixas para charuto, cestas de enfeite. Como as escolas profissionais públicas estaduais mistas e femininas mantinham as mesmas seções femininas, os objetos produzidos pelas alunas da escola de Franca eram os mesmos de outras escolas. Estes objetos eram colocados à venda e, caso não fossem vendidos, compunham o grupo de materiais expostos no final do ano. Na década de 1920, a EPMF não abriu nenhum curso feminino noturno de aperfeiçoamento profissional.

No ano de 1929, o livro de matrículas da escola de Franca registrou 99 alunas inscritas nas quatro seções. Em 1930, marcava um total de 107 alunas matriculadas. Nesse primeiro momento de implantação do curso feminino, o número de alunos inscritos foi maior que o número de alunas. Com a transformação em escola mista, a profissional de Franca alterou sua dinâmica. Os alunos e alunas não dividiam os mesmos espaços na hora das aulas e nem em momentos de recreação e lazer. As educandas tinham aulas teóricas e práticas em separado, como ocorria nas escolas profissionais mistas oficiais estaduais. Na profissional de São Carlos, criada somente em 1932, as portas de entrada da escola eram distintas e existia um muro para separar os alunos das alunas (Buffa e Nosella, 1998, p. 113).

A escola de Franca possuía um livro de regras disciplinares, que fixava as normas que deveriam ser cumpridas pelos alunos. Se os alunos não respektassem as normas, como a observância de horários e vestimentas, ou apresentassem um comportamento desrespeitoso para com os funcionários da escola ou com outros colegas, seriam punidos. As punições mais comuns eram a advertência, a exclusão momentânea e a redução da nota.

Com a implantação do curso feminino na EPMF, o curso masculino foi reduzido e as seções de selaria, sapataria e pintura, que eram as menos procuradas, foram extintas. A maioria da clientela

local, ao buscar uma formação de mecânico ou marceneiro, continuou a exprimir um desejo por uma formação mais ampla. Apesar da redução das seções do curso diurno masculino, o curso noturno foi ampliado. A escola mista de Franca passou a oferecer também as seções noturnas de desenho mecânico e desenho artístico.

O curso masculino diurno da EPMF manteve o mesmo quadro de disciplinas gerais. Já a escola masculina da capital incorporou a disciplina de história e geografia do Brasil e a escola de Campinas passou a ministrar aulas de educação física (Cruz, 2008, p. 62). Apesar de ainda não haver aulas de educação física na escola de Franca, em 1930, ali surgiu a Associação Atlética Escola Profissional, que no ano seguinte cooperaria na fundação da Liga Francana de Cestobol, berço da tradição do basquete, modalidade esportiva de bastante destaque na cidade até hoje (Lima, 2007, p. 93). A introdução de aulas de educação física e criação de associações desportivas, no final da década de 1920 e início da década de 1930, foi ao encontro do movimento de construção de uma consciência higiênica e sanitária. A educação física e o esporte eram vistos como atividades que faziam parte dos hábitos e cuidados com o corpo e com um meio de educação geral que visava a auxiliar a formação moral do homem e a formação do caráter (Pagni, 1997, p. 59). A partir dos anos de 1920, o esporte se constituiu, desde que precedido de treinamento físico e psíquico, num aprimoramento do “homem brasileiro” (Ibidem, p. 73). Médicos, engenheiros, educadores e outros agentes formulavam propostas recomendando a prática de ginástica e jogos, defendiam que as escolas deveriam ter gabinetes médico e dentário, bibliotecas, museus, quadras para ginástica e jardins (Oliveira, 1992, p. 102).

A instalação do gabinete dentário da escola de Franca, no final da década de 1920, também foi expressão desse movimento. Funcionando uma hora por dia, os alunos passaram a gozar de assistência dentária, na qual era cobrado apenas o material gasto no

tratamento. Mais uma vez, percebe-se que a escola de Franca extrapolou seu papel de espaço voltado somente para a educação e passou a oferecer assistência à saúde.

O segundo momento foi marcado pela transformação da escola, que passou a ser uma instituição mista, oferecendo também formação profissional a meninas. As seções femininas instaladas na EPMF e nas outras escolas profissionais oficiais estaduais apresentavam um padrão de formação voltado às prendas manuais, que não se adequava a uma necessidade local, mas à ideia de formação feminina profissional predominante na época.

O corpo discente feminino era semelhante ao masculino, com um maior número de alunas brasileiras, provenientes de famílias de baixa renda. O quadro docente, composto por professores do sexo masculino, com exceção da professora de desenho, era diferente das outras escolas profissionais estaduais oficiais, que mantinham professores homens para os meninos, e mulheres, para as meninas. O corpo docente continuou enxuto em relação às outras escolas públicas estaduais da mesma modalidade de ensino.

A abertura do curso feminino modificou profundamente o curso masculino da escola de Franca, que extinguiu as três seções menos procuradas. Assim, nessa primeira década de funcionamento, a profissional de Franca começou oferecendo seções específicas, mesmo não apresentando um número expressivo de matriculados. Mas com a implantação do curso feminino, essas oficinas foram eliminadas do currículo, e a escola passou a oferecer apenas as seções masculinas de mecânica e marcenaria, que compunham o quadro geral de seções de todas as escolas públicas oficiais estaduais.

Pode-se concluir que, neste período, a EPMF foi caracterizada por ser uma escola profissional instalada numa região de atividade predominantemente rural, voltada à formação do trabalhador manual. Em seus primeiros quatro anos de funcionamento, as seções oferecidas estavam diretamente ligadas à demanda econômica local, mas ao que

tudo indica, não proporcionavam o saber específico que a clientela local buscava. Assim, ao que parece, os alunos da escola de Franca procuravam uma formação mais ampla.

É importante destacar que durante a década de 1920, as medidas decretadas pelos órgãos públicos educacionais demoraram a ser acatadas, ou sequer foram acatadas na EPFM, talvez por dificuldades ou impossibilidade de execução, ou mesmo pela resistência da escola, que talvez não as compreendesse de uma mesma forma que as autoridades educacionais que as instituíram.

CAPÍTULO III

3.1. A ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DE FRANCA (3º MOMENTO: 1933-1937)

O começo da década de 1930 foi marcado por um expressivo aumento do número de escolas profissionais, tanto públicas quanto particulares, no Estado de São Paulo (Laurindo, 1960)²¹. O crescimento da rede de escolas dessa modalidade de ensino exigiu da administração pública estadual a criação de serviços de orientação e de órgãos centrais para o controle do ensino profissional²², assim como a elaboração e publicação de uma nova legislação educacional e a criação de uma superintendência voltada ao ensino profissional e doméstico.

O Código de Educação do Estado de São Paulo, publicado em 1933, foi um conjunto de medidas baixadas pela reforma empreendida por Fernando de Azevedo como Diretor Geral do Ensino do Estado. Azevedo fazia parte do movimento de renovação educacional, que defendia os métodos científicos e racionais como um meio de reorganizar, não somente o ensino profissional, mas todo o sistema de ensino estadual (Lima, 2007, p. 41). A racionalização da educação profissional visava a dirigir a aprendizagem do trabalhador por meio da organização de conteúdos, que deveriam ser sistematicamente

²¹ Nesse período já existiam as escolas equiparadas ou oficializadas, que eram subvencionadas pelo governo do Estado de São Paulo; as escolas em regime de cooperação, que compreendiam dois grupos: o das escolas mantidas em cooperação com os municípios e em cooperação com particulares; e por último, as escolas registradas, que eram pequenas escolas monotécnicas, sem ensino geral, possuindo apenas oficinas, mantidas por particulares (Freitas, 1957, p. 85).

²² Em 1933 criou a Chefia do Serviço da Educação Secundária Geral e Profissional e, em 1934, a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo.

apresentados aos alunos, de forma a aumentar a eficiência e especialização em sua formação. A instrução racional deveria ter o máximo de rendimento com o mínimo de tempo e gasto. Era preciso também um sistema de seleção profissional que antecipasse as possibilidades do indivíduo e, desta forma, a psicotécnica era considerada o alicerce da instrução racional (Gonçalves, 2001, p. 84).

A comissão de elaboração desse código contou com a participação do diretor da Escola Profissional Masculina, Aprígio Gonzaga, e o diretor da Escola Profissional Feminina, Horácio da Silveira. Segundo Silveira (*apud* Laurindo, 1961, p. 116),

Para o ensino profissional, particularmente, o Código de Educação marcou novos rumos mais seguros e devassou perspectivas mais amplas. A comissão encarregada de estudar os problemas relacionados com o ensino técnico, (...) desde de logo, orientou seus trabalhos no sentido de ampliar ainda mais o quinhão de matérias de cultura geral.

O Código de Educação do Estado de São Paulo foi compreendido como fruto e expressão do movimento de renovação escolar, nesse caso liderado por Azevedo, mas a comissão que elaborou o código contou também com a participação de defensores do método integral e do "slöjd", que criticavam severamente a especialização na formação dos educandos das escolas públicas profissionais estaduais, como é o caso de Gonzaga. Ao que parece, Azevedo, ao incluir os educadores precursores da orientação do ensino profissional oficial estadual como, por exemplo, Aprígio, evitou desavenças em relação à nova orientação educacional profissional e conseguiu, como Diretor Geral do Ensino do Estado, deliberar um código contendo fortes marcas do movimento renovador.

Na década de 1930, o sistema público educacional foi se reconfigurando e acomodou-se segundo novas exigências. Na parte que concerne à educação profissional, o código de educação instaurou um sistema de ensino profissional no Estado de São Paulo. Nesse

sentido, uma das preocupações foi o estabelecimento de um sistema hierárquico que classificava as escolas profissionais em três níveis. As escolas profissionais masculinas, femininas ou mistas passaram a ser organizadas em escolas profissionais primárias, secundárias e institutos profissionais. A Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina da Capital foram transformadas em Institutos Profissionais, passando a oferecer, a partir de 1931, cursos para a formação de professores e, a partir de 1935, cursos para a formação de diretores da rede (Taira, 2000, p. 55). As escolas profissionais do interior do Estado tornaram-se escolas profissionais secundárias, e apesar da denominação secundária, as profissionais do interior não foram equiparadas ao nível secundário; a educação profissional continuou a ser um sistema isolado do sistema de educação geral.

Segundo Gonçalves (2001, p. 176), a constituição de um sistema de educação profissional em São Paulo, a partir do Código de Educação do Estado de São Paulo, ocorreu de forma que as antigas escolas profissionais do interior se preservassem como escolas de artes e ofícios, mantendo o ensino voltado à formação completa do artífice. As escolas profissionais secundárias destinavam-se, num curso de três anos, à “formação de artífices e obreiros, mediante a aquisição de técnicas baseadas na cultura propedêutica necessária à exata compreensão social das profissões, na sua natureza, no seu valor e no seu significado” (Laurindo, 1960, p. 143).

O código de 1933 pretendeu estabelecer uma maior articulação da escola profissional com o meio comercial e industrial e apontou que essas escolas tinham por finalidade a prática profissional em situação real, e o adestramento no grupo de especialização profissional. Foi por meio do Código de Educação que ocorreu a criação do serviço de psicotécnica, que tinha por objetivo estudar e aplicar os meios para melhor aproveitamento das aptidões individuais e dos elementos do trabalho, de modo a auxiliar o aluno no êxito da aprendizagem profissional.

A partir do Código, os educandos começaram a ingressar nas escolas públicas profissionais por meio do curso vocacional, que constituía um estágio preliminar de um ano para os candidatos às escolas profissionais secundárias. Sua finalidade era encaminhar os alunos para o curso profissional que mais convinha às suas aptidões (Ibidem, p. 148). Nele, os alunos, além de frequentarem as aulas de formação geral²³, deveriam participar também das aulas práticas em todas as oficinas da escola. Ao final do ano, em função das avaliações, o aprendiz receberia instrução para matricular-se em uma das seções oferecidas pela escola escolhida (Buffa e Nosella, 1998, p. 65). Assim, em 1934, o educando só conseguiria realizar a matrícula nos cursos profissionais secundários após a aprovação no curso vocacional. Nenhum aluno poderia repetir mais de uma vez o vocacional, e os alunos com diploma das escolas primárias profissionais deveriam matricular-se no segundo ano das escolas secundárias profissionais.

Masculinas, femininas ou mistas, as escolas secundárias profissionais continuavam funcionando em período integral e promovendo duas férias anuais. Essas escolas agora se destinavam a alunos maiores de 13 anos, selecionados nos cursos vocacionais ou vindos das escolas profissionais primárias. As escolas secundárias profissionais continuavam a oferecer um currículo composto por aulas gerais, que deveriam fornecer a base necessária ao exercício da profissão e elevar o nível intelectual dos educandos, e por aulas práticas em oficinas, que seriam dadas com base na aprendizagem metódica e racional. Segundo o código, o curso profissional feminino deveria manter o curso de economia doméstica para a preparação de atividades do lar.

É notável o impacto que algumas correntes partidárias do ensino profissional mundial tiveram sobre o ensino no Estado de São Paulo

²³ No caso do curso vocacional, a formação geral era compreendida por aulas português, matemática, geografia, história do Brasil, desenho, educação física e música (Laurindo, 1960, p. 149).

nesse período. A corrente alemã defendia a aproximação do ensino profissional com os meios de produção, e apesar de o método dual não ter sido citado nas medidas brasileiras, percebe-se, por exemplo, a presença dessa tendência na implantação de novas instruções, como a disciplina de tecnologia das profissões, que figurava no currículo das escolas profissionais alemãs desde os anos de 1920. O curso vocacional e a utilização da psicotécnica já faziam parte do sistema de ensino profissional francês desde a década de 1910 (Léon, 1960, p. 60).

Em conformidade com as medidas do Código de 1933, as aulas básicas do curso profissional das escolas secundárias foram substancialmente ampliadas. O currículo passou a ser composto por aulas de português, história do Brasil e geografia, matemática (geometria, aritmética, álgebra e trigonometria), plástica aplicada às profissões, desenho, tecnologia, educação física e música e canto coral. Além das aulas gerais, com exceção da disciplina de tecnologia, que era exclusiva do programa curricular masculino, o curso feminino deveria continuar a oferecer aulas de higiene, especialmente alimentar, puericultura, economia doméstica e contabilidade doméstica, a cargo da mestra de economia doméstica.

A disciplina de educação física tornou-se obrigatória para todos os anos do curso profissional. Segundo a nova legislação, as escolas deveriam dirigir e orientar a prática de atividades físicas e o ensino da educação física em todas as modalidades, bem como organizar e patrocinar provas de demonstração e incentivar a educação física feminina. O grupo de Azevedo acreditava que a educação física e o esporte, como uma preparação racional dos indivíduos, pretendiam prepará-los para serem capazes de conter a liberação excessiva de seus instintos e de suas paixões, bem como torná-los capazes de expressar uma liberação controlada destes, adequada aos padrões considerados civilizados de comportamento (Pagni, 1997, p. 78).

O código de 1933 também instalou aulas de música e canto coral, que visavam não só à educação estética, pelo desenvolvimento do sentido da ordem e da harmonia, como também, ao aproveitamento educativo e social da música. Segundo Jardim (2003, p. 32), as aulas de canto coral, nesse período, privilegiavam os cânticos escolares e cívicos, que se mostravam adequados ao conteúdo da cultura cívica e sua exaltação.

As escolas profissionais secundárias do interior continuavam a receber o incentivo de manter em funcionamento o curso preliminar noturno. Em relação aos cursos profissionalizantes noturnos, o código autorizou as escolas do interior a criarem novos cursos anexos, de acordo com as necessidades do meio social. Essas escolas também deveriam possuir uma biblioteca e poderiam ter uma seção industrial dedicada à produção de móveis e objetos feitos por alunos e ex-alunos. A partir do Código de Educação, a renda escolar adquirida com a venda da produção dos alunos passou a ser dividida em duas partes iguais: uma destinada aos alunos que tinham executado o trabalho vendido e a outra, recolhida à Caixa Econômica Estadual, para a constituição do patrimônio da escola e fornecimento de matéria-prima. Essa nova medida pode ter sido uma tentativa de conter o alto índice de evasão das escolas profissionais públicas estaduais. Diferentemente dos alunos, a venda da produção das alunas deveria ser recolhida integralmente; metade deveria ser destinada à escola e outra metade, à formação de um pecúlio, o qual a aluna só poderia retirar depois de formada.

Quanto à saúde e higiene, o código de educação definiu que as escolas deveriam continuar a promover e orientar a educação sanitária aos alunos, e que os órgãos apropriados deveriam inspecionar as escolas no que diz respeito a seus hábitos sanitários. Também instituiu que fossem instalados dispensários de puericultura junto a todas as escolas profissionais públicas estaduais, sob a direção médica, com a finalidade educativa de ministrar noções de

puericultura prática às alunas das últimas séries dos cursos ordinários femininos e, ao mesmo tempo, proporcionar assistência gratuita à primeira infância, e educação sanitária às mães desejosas de consolidar seus conhecimentos (Laurindo, 1960, p. 246).

Durante toda a década de 1930, as mudanças impostas pelo Código de Educação foram sentidas na profissional de Franca. A primeira transformação foi no nome da escola, que a partir de 1933 passou a chamar-se **Escola Profissional Secundária Mista de Franca (EPSMF)**. O Código de Educação, na escola de Franca, foi acatado aos poucos, e a instituição passou por diversas mudanças para se ajustar às novas normas estabelecidas. O curso de todas as escolas secundárias profissionais estaduais passou a ter duração de quatro anos, com um ano destinado ao curso vocacional e três ao curso profissional. O horário de funcionamento das escolas não foi alterado. As aulas teóricas continuaram a ser lecionadas no período da manhã, e as aulas práticas, no período da tarde.

A escola de Franca criou o curso vocacional e ampliou o quadro de disciplinas gerais. Em 1936, a escola já havia instalado no curso masculino aulas de português, matemática, desenho, geografia e história do Brasil, tecnologia e plástica aplicada às profissões. Assim, o currículo da profissional de Franca passou a contar também com aulas de história do Brasil e geografia, ministradas conjuntamente até 1937, aulas de plástica e ampliação do conteúdo de matemática, que passou a conter noções de álgebra e trigonometria. As aulas de música e canto coral e educação física não foram incorporadas ao quadro de disciplinas da escola. Provavelmente, isso ocorreu por falta de espaço, pois, segundo relatório do diretor, a profissional de Franca passou a sofrer com a falta de espaço, a ponto de algumas disciplinas serem ministradas nas próprias oficinas.

Os outros cursos masculinos das escolas públicas profissionais secundárias também aumentaram seus currículos e, a partir de 1936, o currículo prescrito de todas essas escolas contava com aulas de

português, matemática, história do Brasil, geografia, desenho, tecnologia e plástica. Quanto às aulas de educação física, somente as secundárias de Campinas e Rio Claro as incorporaram.

Com esse considerável acréscimo de disciplinas, o currículo formal da EPSMF foi redistribuído. Antes, as disciplinas eram ministradas todos os dias, mas com a nova ampliação passaram a ser lecionadas apenas três vezes por semana, no período da manhã. Apesar da incorporação de novos saberes, houve conjuntamente uma significativa redução da carga horária, que acabou incidindo sobre o conteúdo desses saberes. O currículo da escola de Franca continuou a privilegiar as aulas práticas.

Com o aumento de disciplinas e a criação do curso vocacional, houve um aumento significativo no corpo docente da escola, que passou a ser composto por professores e mestres, que agora poderiam ser formados pelos Institutos Profissionais da Capital. Permaneceu a divisão por sexo, na qual os professores lecionavam aulas para os meninos e as professoras, para as meninas. Tanto o corpo discente masculino quanto o feminino permaneceram semelhantes à década anterior, com uma maioria de alunos brasileiros, filhos de lavradores, provenientes de famílias de baixa renda.

As oficinas práticas oferecidas na escola de Franca permaneceram as mesmas. Manteve-se a utilização de máquinas e ferramentas simples, voltadas às atividades manuais. A produção dos alunos foi semelhante à quantidade e tipo de produção da década anterior. O curso masculino noturno da EPSMF expandiu-se mais uma vez. Além das seções oferecidas na década de 1920, a escola passou a contar com a oficina de desenho arquitetônico. Comparadas com as de outras escolas profissionais secundárias estaduais, as suas seções noturnas continuavam a apresentar um caráter mais voltado ao desenho e à arte. Nesse período, a cidade de Franca iniciou a abertura de pequenas fábricas de calçados e acessórios em couro (Palermo, 1980, p. 71). Apesar de a cidade já ensaiar seus primeiros passos

industriais, a dinâmica econômica francana ainda permanecia atrelada à atividade agrícola e pastoril. Indício desse caráter é que, embora o Código de Educação tivesse instituído que as escolas profissionais poderiam ter uma seção denominada “seção industrial”, cujo objetivo era reunir alunos e ex-alunos para confecções de móveis e objetos para uso da própria escola, durante todo o período pesquisado a escola de Franca não criou tal seção em suas dependências.

O curso feminino também foi alterado pelo código de 1933. Houve uma ampliação do quadro de disciplinas, e as escolas secundárias femininas ou mistas deveriam oferecer, além das aulas gerais, o curso de economia doméstica, que compreendia aulas de química alimentar, higiene e contabilidade doméstica, distribuída nos três anos do curso feminino. O currículo feminino da EPSMF desdobrou-se em aulas de português, matemática, geografia e história do Brasil, desenho, plástica, química alimentar, higiene, puericultura, economia doméstica e contabilidade doméstica. Não foram instaladas as aulas de educação física, música e canto coral. Na década de 1930, os programas de economia doméstica e puericultura foram ampliados. Com a instalação dessas disciplinas, as alunas passaram a produzir bolos, doces, salgados e refrescos, que eram colocados à venda. A partir de 1936, as exposições de final contavam com bufês de comida feitos pelas próprias alunas.

As seções femininas da escola de Franca permaneceram iguais, assim como nas outras escolas profissionais secundárias estaduais, após o código de 1933. O curso feminino estava pautado no uso de máquinas e artigos de costura. As alunas continuavam a produzir os mesmos objetos produzidos na década anterior. Em 1935, começou a funcionar a única seção feminina noturna de aperfeiçoamento profissional da EPSMF, a seção de confecções e corte, que, com uma média de cinquenta alunas, era ministrada da mesma forma que as seções masculinas noturnas, para quem já exercia a atividade e com duração de dois a três anos.

No ano de 1934 o número de alunas matriculadas era de 215, e de alunos, 97. Comparado ao da década anterior, o número de alunas dobrou e o de alunos caiu pela metade. Isso se deve, principalmente, à redução do número de seções masculinas, que eram cinco e então passaram a ser duas. Analisando os livros de matrículas, durante a década de 1930, nota-se que permaneceu alto o número de evasões e reprovações na escola de Franca. Percebe-se, por meio dos livros de matrículas, que o curso de mecânica e o curso de confecções e corte firmaram-se como os mais procurados no período.

Um ano após a publicação do Código de Educação, o governo do Estado de São Paulo criou a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, que tinha como incumbência cuidar exclusivamente da educação profissional junto à Secretaria da Educação e Saúde Pública. Um dos principais objetivos dessa entidade foi a unificação das diretrizes gerais administrativas e pedagógicas a serem seguidas pelas escolas profissionais do Estado de São Paulo (Laurindo, 1960, p. 132). Esse órgão publicava regularmente novas medidas em relação ao ensino profissional estadual e, por isso, a EPSMF sentiu, ao longo da década de 1930, a atuação da Superintendência.

Segundo publicação da Superintendência, a diretriz a ser seguida pelas escolas era a formação integral do aprendiz em um determinado ofício e a especialização em um ramo, a ser feita somente no último ano do curso, de acordo com as aptidões demonstradas pelo aluno (Taira, 2000, p. 57). Com essa nova medida, os alunos do último ano das escolas profissionais estaduais secundárias foram dispensados das disciplinas gerais, com exceção de desenho, economia doméstica e puericultura. Nota-se, por meio da nova orientação, a tendência à especialização, inspirada, principalmente, no movimento de renovação escolar. A EPSMF não acatou a nova medida da Superintendência de dispensar das aulas gerais os alunos do último ano. Talvez porque não interessasse a uma

escola profissional localizada em um meio rural especializar seus alunos, talvez porque esses alunos não quisessem se especializar, pois, como foi indicado, na década anterior, havia a procura pelas oficinas que ofereciam uma formação mais ampla.

A Superintendência incentivava as escolas profissionais a submeterem seus alunos a exames médicos periódicos, visando a detectar doenças contagiosas, para que fossem encaminhados para tratamento. Durante anos, esse órgão, para atender à saúde de alunos das escolas profissionais oficiais, organizou em Santos e em outros lugares colônias de férias que, além de promover tratamento de saúde aos escolares enfermos, ofereciam oportunidades de confraternização entre alunos e mestres das diferentes escolas profissionais do Estado, nos meses de junho e dezembro. Os alunos das escolas do planalto eram conduzidos a Santos, onde permaneciam no clima marítimo, enquanto os do litoral eram encaminhados para fazendas ou lugares de maior altitude, no interior do Estado (Laurindo, 1960, p. 169). Os relatórios do diretor da profissional de Franca informam que todo ano alguns alunos enfermos eram enviados para a colônia de Santos em busca de tratamento²⁴.

A Superintendência também decretou que as escolas públicas profissionais instalassem grupos de bandeirantes²⁵. Essa corporação escolar divulgava normas de vida higiênica, ao ar livre, a prática de exercícios físicos, e estimulava o espírito de coragem, iniciativa e altruísmo. Os bandeirantes recebiam instrução militar para se tornarem soldados e artífices militares, e as bandeirantes das escolas femininas e mistas recebiam conhecimentos especializados de enfermagem (Marques, 2003, p. 40). Competia ainda aos grupos de bandeirantes do interior desenvolver nas zonas de população dispersa campanhas contra o analfabetismo, organizando escolas ambulantes e

²⁴ Em meados da década de 1930, a média anual era de três alunos enfermos enviados a Santos.

²⁵ O grupo de bandeirantes, assim como os escoteiros, visavam à divulgação dos costumes cívicos de ordem e obediência e o desenvolvimento de habilidades físicas e para os trabalhos manuais (Gabriel, 2003, p. 56).

fazendo distribuição de livros e impressos (Freitas, 1957, p. 88). Segundo Gabriel (2003, p. 48), para as autoridades educacionais da época, a prática escoteira encarnava uma função educativa completa, unindo formação do corpo e da alma, correspondendo ao projeto cívico de constituição da nacionalidade brasileira empreendido nas escolas do Estado de São Paulo. Na escola de Franca, a organização dos bandeirantes existiu entre 1936 e 1937 e estava subordinada à Superintendência do Ensino Profissional. Com exceção de algumas fotografias de desfiles e retratos do grupo, não foi localizado nenhum outro documento a respeito das atividades desenvolvidas pelos bandeirantes em Franca.

No terceiro momento, as mudanças que ocorreram no sistema de ensino profissional deixam perceptível que esse período foi marcado por ações de padronização e reorganização do ensino profissional no Estado de São Paulo. As escolas profissionais secundárias se tornaram mais similares, e a formação integral foi cedendo espaço para uma formação cada vez mais específica. Nesse momento, a formação das escolas profissionais oficiais estaduais começou a ser modificada, desde a formação geral (instrução geral), que passou a abarcar novos saberes, até a parte prática, que incorporou medidas relacionadas à especialização dos educandos. A formação feminina destinada aos afazeres domésticos ganhou peso nos novos currículos das profissionais e passou a fazer parte do padrão de formação feminino.

Franca permanecia sendo uma cidade de economia majoritariamente rural, e a EPSMF continuou a ser uma instituição mista profissionalizante voltada à formação integral do educando. Algumas medidas em relação à mudança na formação dos aprendizes foram sentidas, como a ampliação do quadro de disciplinas gerais, a introdução do curso de economia doméstica para as alunas, mas, em relação à formação mais especializada, na parte prática do currículo, nada foi alterado. A escola de Franca não acatou a medida da

Superintendência de destinar o último ano do curso para a especialização em um ramo do ofício.

O corpo discente da escola passou a ser formado por um número maior de mulheres, devido, principalmente, à redução das seções masculinas no final da década de 1920, o que pode ser um indício de que a escola não era mesmo o principal ambiente de formação de quadros para o trabalho na indústria. O corpo docente foi ampliado, e a escola passou a contar com um professor para cada disciplina do currículo. A escola profissional não acatou todas as medidas contidas no código de 1933, uma vez que as disciplinas de educação física e música e canto coral não foram implantadas, e a escola não providenciou seu dispensário de puericultura. Ao que tudo indica, como são atividades que precisam de maior espaço, foi esse o principal motivo que impossibilitou a escola de cumprir com essas exigências.

Houve uma ampliação das disciplinas de caráter teórico e de instrução geral, porém, como o currículo continuou distribuído em três horas diárias para as aulas gerais e quatro horas diárias para as aulas práticas, não houve realmente uma ampliação e o foco continuou a permanecer na formação prática. O que ocorreu de fato foi que os alunos passaram a ter uma diversidade maior de disciplinas, mas com uma carga horária muito inferior à do período anterior.

Quanto à formação prática masculina e feminina oferecida no período diurno, nada foi alterado. Os programas curriculares priorizavam o ensino das profissões compreendidas como padrão de formação profissional das escolas oficiais públicas. As duas seções masculinas oferecidas permaneceram sendo mecânica e marcenaria, e as femininas, corte e confecções, roupas brancas, rendas e bordados e flores e chapéus. O curso noturno de aperfeiçoamento profissional foi sendo ampliado desde a criação da escola e, no final da década de

1930, já contava com cinco seções. O único curso noturno feminino de aperfeiçoamento profissional oferecido continuou a ser ministrado.

Comparando os diferentes momentos da EPSMF nessa primeira década de funcionamento, percebe-se que o foco central do currículo masculino manteve-se o mesmo, ou seja, uma formação voltada ao trabalho manual. A profissional de Franca passou por diversas modificações, mas permaneceu como uma escola que oferecia uma formação compreendida na época como integral, sem promover especializações. Assim, foi uma escola que resistiu, de alguma forma, à tendência à especialização do aprendiz, que cresceu e tomou fôlego na década de 1930. A formação profissional prática feminina, voltada às prendas manuais, permaneceu a mesma, e as medidas da década de 1930 só fizeram crescer e ampliar a formação feminina destinada aos afazeres do lar.

Não é possível afirmar o porquê de a escola de Franca não ter acatado a medida de destinar o último ano do curso à especialização em algum ramo, porém, deve-se levar em conta a localidade da escola em uma cidade na qual predominava a atividade agrícola, e que talvez as respostas (racionalização/ especialização) encontradas pelo grupo de Azevedo para o ensino profissional não respondiam bem à realidade local da EPSMF.

3.2. A ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MISTA DE FRANCA ATÉ A LEI ORGÂNICA DE 1942 (4º MOMENTO: 1938-1942)

A década de 1930 foi marcada pela transição entre o antigo ensino de ofícios à adoção de novas medidas a respeito dos métodos racionalizadores. A Superintendência do Ensino Profissional

publicou, nesta época, uma série de novas instruções para essa modalidade de ensino. Essas novas medidas deveriam unificar as diretrizes da educação profissional para facilitar a expansão desta modalidade de ensino. Conforme a publicação da Superintendência (1939, p.3-4),

(...) o ensino profissional, tendo por finalidade o preparo de trabalhadores especializados para as mais diferentes indústrias, deve, necessariamente, acompanhar a evolução técnica de nossas fábricas, racionalizando, tanto quanto é possível, o sistema de trabalho para obtenção de técnicos capazes de executar todos os serviços com máxima eficiência. A preparação técnica tem por finalidade ensinar o aprendiz a construir peças de trabalho, na medida exata e na forma indicada, à vista de um desenho técnico em construção. É aconselhável realizar-se racionalmente esse trabalho de aprendizado, tendo em vista preparar técnicos capazes de executar qualquer peça no menor tempo possível, com o menor dispêndio de esforço e sem gastos inúteis de material.

Permaneceu uma orientação voltada ao aprendizado racional. A formação integral cedeu espaço para a especialização em um determinado ofício, que desde 1936 deveria ocorrer no último ano do curso. A escola de Franca, pelo menos até 1942, não abriu mão da formação integral de seus educandos, e o último ano do curso profissionalizante permaneceu igualmente estruturado como os outros anos.

O Serviço de Psicotécnica, previsto pelo Código de 1933, foi criado na Superintendência, em 1941. Antes, porém, já vinha funcionando junto aos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital e nos gabinetes de psicotécnica (Laurindo, 1960, p. 166). Em princípio de 1938, começaram, nas dependências do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, sob a orientação de Roberto Mange, os trabalhos preparatórios que serviram de base para a instalação dos futuros gabinetes de psicotécnica. Caberia ao gabinete de psicotécnica, mediante julgamento psicológico, social, econômico e profissional, indicar aos alunos-aprendizes um ofício

adequado às suas aptidões. A esse trabalho juntou-se também a organização de provas de conhecimentos ou de aptidões exigíveis no decorrer da aprendizagem escolar e a readaptação profissional de operários já em trabalho nas indústrias, sujeitos a um melhor emprego de suas aptidões profissionais (Ibidem, p. 167).

No final da década de 1930, a Superintendência do Ensino Profissional instalou também nas escolas profissionais oficiais estaduais uma rede rádio-telegráfica, para auxiliar esse órgão a manter comunicação diária com as escolas subordinadas, facilitando assim os trabalhos administrativos, bem como servindo de veículo para a divulgação de palestras sobre assuntos educativos e cívicos (Ibidem, p. 171). A escola de Franca só começou a usufruir desta tecnologia a partir de 1941.

Em conformidade com as circulares e rádios advindos da Superintendência, todas as datas nacionais deveriam ser comemoradas. A EPSMF atendeu a esse pedido²⁶ e, em dia de confraternização, organizava apresentações de hinos, proclamações de poesias, palestras sobre a importância da educação doméstica, da educação musical, do valor do trabalho, entre outros temas, e demonstrações de educação física. Esse tipo de conteúdo nacionalista, desde a inauguração da escola, passou a fazer parte do conteúdo escolar das profissionais estaduais.

Nessa época, o currículo das escolas profissionais secundárias estaduais foi mais uma vez alterado. A partir de 1939, as profissionais deveriam lecionar, no curso masculino, aulas de: português, geografia, história do Brasil, matemática, desenho, tecnologia, plástica, física mecânica, eletrotécnica e educação física. No curso feminino: português, matemática, geografia, história do Brasil, desenho, plástica, química alimentar, laboratório, higiene,

²⁶ Em 1941, a escola de Franca comemorou duas datas nacionais: Sete de setembro e Quinze de novembro.

puericultura, contabilidade e economia doméstica, dietética e educação física.

O curso profissional permaneceu integral para crianças maiores de 13 anos vindas das escolas profissionais primárias ou aprovadas nos cursos vocacionais. A dinâmica curricular permaneceu igual, com aulas gerais de manhã e oficinas à tarde. As escolas profissionais conservaram a orientação de privilegiar os trabalhos práticos de oficinas e o desenho, reservando-se às aulas gerais o tempo apenas necessário para transmitir aos aprendizes o nível de cultura geral indispensável.

A implantação de concursos públicos para os cargos de professores, mestres e diretores, no final da década de 1930, aumentou a qualificação do corpo docente das escolas públicas profissionais. A EPSMF manteve quase o mesmo quadro docente da década anterior, tendo havido apenas a contratação de um professor de educação física, em 1938.

O perfil do corpo discente não teve modificações durante todo período estudado. A maioria dos alunos e alunas era composta por brasileiros, filhos de lavradores, operários, comerciantes, pedreiros, que residiam em Franca ou em localidades próximas. Segundo o relatório do diretor Alcides Nascimento (1941, p.3), no início da década de 1940, a escola de Franca contou com 470 matrículas no período diurno. Esse aumento, em relação ao momento anterior, deve-se, principalmente, à implantação do curso vocacional, que compreendia duas salas de quase cinquenta alunos cada. Esse mesmo relatório aponta a permanência do alto número de evasão, que, na justificativa de Nascimento, era devido aos jovens acreditarem, já no meio do curso, possuírem cabedal necessário para obterem bons trabalhos.

Desde a inauguração da escola, o curso preliminar noturno continuou a ser oferecido, porém, passou a denominar-se curso popular de alfabetização. Com a implantação do curso vocacional, os

alunos que ingressavam no primeiro ano do curso profissionalizante oferecido pela escola de Franca não poderiam mais ser analfabetos.

Nesse período, houve uma pequena modificação no currículo do curso masculino da EPSMF, que passou a oferecer, além das aulas já existentes, aulas de educação física. Todas as disciplinas gerais eram ministradas três vezes por semana. As aulas instituídas pela Superintendência não figuraram no currículo da profissional de Franca durante o período pesquisado.

A propagação de hábitos de vida saudáveis, prática de ginástica e esportes, enfim, tudo que se referia à preservação da saúde, continuava a ter relevância no discurso sanitário da época. Na EPSMF, as aulas de educação física compreendiam exercícios sistematizados, jogos e recreações, lecionando três vezes por semana, antes das aulas gerais. No final da década de 1930, todas as escolas secundárias profissionais da rede pública já ministravam aulas de educação física. A incorporação dessa disciplina na escola de Franca resultou na promoção de desfiles e participação de campeonatos de futebol e cestebol (basquetebol). Com isso, a escola, além de realizar exposições de final de ano, também se fez representar em atividades culturais e esportivas.

Por meio do livro *Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens* (Alves; Moraes, 2002), verifica-se que os alunos da EPSMF continuaram a produzir os mesmos tipos de objetos que eram confeccionados nas décadas anteriores. Afinal, apesar de o currículo ter sido alterado diversas vezes, somente as aulas gerais foram modificadas; as oficinas práticas de mecânica e marcenaria²⁷ permaneceram inalteradas desde 1928. A escola de Franca possuiu apenas duas seções ligadas à atividade econômica local nos seus primeiros quatro anos de funcionamento. Logo após, o

²⁷ Nos anos de 1950, a escola de Franca passou a oferecer a seção de “artes em couro” voltada à demanda da economia local.

curso masculino da profissional foi pautado em uma formação geral, oferecido por todas as escolas públicas estaduais da mesma categoria.

No começo da década de 1940, a cidade de Franca já possuía oito grupos escolares, 30 escolas municipais, 28 estaduais e 14 particulares (Bentivoglio, 1999, p. 82). Nesse período, houve uma diversificação das atividades fabris, surgindo atividades nas áreas de carpintaria, marcenaria e movelaria, porém, a indústria de calçados já começava a se firmar como “vocação” fabril de Franca, e o operário sapateiro figurava como o personagem símbolo da classe trabalhadora local (Coelho, 1997, p. 76).

O curso masculino de aperfeiçoamento noturno continuava a oferecer oficinas de escultura e plástica, desenho profissional, desenho artístico, desenho mecânico e desenho arquitetônico, com duração de dois anos. Os alunos tinham aulas gerais de português, matemática aplicada às profissões e desenho. Desde a implantação da Escola de Franca, os cursos masculinos noturnos de aperfeiçoamento dedicavam-se predominantemente a atividades relacionadas ao desenho.

Quanto ao currículo do curso feminino da escola de Franca, foram instaladas aulas de laboratório, dietética, educação física e tecnologia, ministradas três vezes por semana, como todas as disciplinas gerais. As oficinas femininas continuaram a ser as mesmas: confecções e corte, rendas e bordados, roupas brancas e flores e chapéus. O curso noturno feminino, que começou a funcionar em 1928, permaneceu com a mesma estrutura, oferecendo a seção de confecções e cortes. O curso feminino teve poucas alterações na parte das oficinas práticas, mas a formação geral feminina, desde o final dos anos de 1920, recebeu novas instruções referentes à adoção de uma formação mais voltada às atividades do lar e, na década seguinte, já havia se estruturado como um curso de prendas manuais e economia doméstica.

Em 1940, a escola de Franca passou por sua primeira reforma, que ampliou algumas salas e construiu mais três oficinas. Com a finalização da reforma, a instituição inaugurou seu dispensário de puericultura, em 1942. Como já comentado, a criação de dispensário nas profissionais visava a proporcionar uma formação sólida e cientificamente orientada de mães de família. Além de promover o aprendizado, as alunas atendiam à comunidade local. Mesmo com a reforma, a EPSMF ainda não possuía espaço suficiente para abrigar a biblioteca, que funcionava, desde 1939, em uma das oficinas femininas.

No começo da década de 1940, a escola de Franca passou por diversas inspeções da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Os relatórios das oito inspeções ocorridas ao longo de 1941 mostram que a escola foi fiscalizada em diversos quesitos, como práticas sanitárias, instalações físicas, frequência dos alunos, programas de atividades desenvolvidas nas disciplinas gerais, maquinário das oficinas. Os relatórios elogiam os programas desenvolvidos pela escola, mas criticam a falta de espaço, que impossibilitava a adequação da escola às exigências da Superintendência.

O início da década de 1940 foi o período de maior produção documental da escola, desde a inauguração. Com a criação de diversos órgãos destinados ao ensino profissional e com o aumento da fiscalização, a escola passou a produzir anualmente relatórios de movimentos gerais contendo informações sobre: prédio e instalações, aulas gerais, horário, provas e exames, oficinas, reuniões pedagógicas, visitas de inspeção, rádio telefonia, biblioteca, gabinete dentário, colônia de férias, exposições de final de ano, curso popular noturno de alfabetização, secretaria da escola, datas nacionais, visitas ao estabelecimento, rematadas com considerações finais. Os relatórios produzidos a partir de 1941 discorrem de forma sucinta sobre as atividades mencionadas acima, enfatizando que a EPMSF

operou, sempre que possível, em conformidade com as circulares da Superintendência do Ensino Profissional.

O ano de 1942 tornou-se um marco na história do ensino profissional de São Paulo e do país, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Profissional, de âmbito federal. As escolas que ministrassem somente os cursos previstos na lei, como constituindo o primeiro ciclo do ensino industrial, tornaram-se escolas industriais. As outras, que faziam funcionar cursos de segundo ciclo, como a EPSMF, passaram à categoria de escolas técnicas de segundo grau (Taira, 2000, p. 80).

Com relação às atividades escolares desenvolvidas no momento anterior, a escola de Franca recebeu poucas modificações. Além de passar a ministrar aulas de educação física, a escola realizou as comemorações das datas nacionais, obedecendo à imposição da Superintendência. No final da década de 1930, a instrução cívica e moral permanecia atrelada aos conteúdos escolares. Nesse período, a escola de Franca promoveu comemorações que estimulavam um caráter nacionalista e, como nos momentos anteriores, a escola profissional mostrou ser um espaço privilegiado para circulação desse tipo de conteúdo.

O quarto momento foi marcado pelo aumento do controle governamental sobre o cotidiano da escola. A profissional de Franca ainda se ajustava às medidas decretadas pelo Código de Educação de 1933, principalmente com relação à formação feminina de dona de casa, que, desde a inauguração do curso feminino, ampliou consideravelmente.

Analisando os quatro momentos selecionados por esta pesquisa, verifica-se que a escola manteve uma clientela muito assemelhada ao longo de seus primeiros dezoito anos. As seções masculina e feminina, oferecidas pela escola a partir de 1928, tinham um caráter

considerado básico e amplo de formação²⁸. A EPSMF seguiu não atendendo a todas as novas medidas implantadas pela Superintendência, principalmente no que diz respeito à especialização do aprendiz. A especialização, ao que parece, continuou a não ser uma boa resposta para locais menos industrializados, como é o caso da cidade de Franca.

²⁸ A formação básica do curso masculino refere-se ao curso de mecânica e marcenaria, que eram os únicos cursos comuns existentes em todas as escolas profissionais estaduais oficiais. A formação feminina na profissional de Franca era composta por quatro seções, que eram as mesmas oferecidas em todas as escolas da mesma categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da década de 1920, as primeiras escolas oficiais de ensino profissional combinavam cursos teóricos e a prática nas oficinas. Essas escolas estavam organizadas como “escolas oficinas”, ou seja, escolas que serviam aos ofícios e às artes e simultaneamente ministravam aulas de instrução geral, visando a uma formação voltada para as “artes e ofícios” para meninos e a “economia doméstica e prendas manuais” para meninas. Nesse período, ainda não existiam serviços centrais de orientação e controle do ensino profissional e, assim, essas instituições profissionais estavam a cargo da administração e orientação de seus respectivos diretores.

Nesse período, o pensamento em voga sobre a formação do aprendiz das escolas profissionais estava ligado à ideia da formação integral, defendida por Aprígio Gonzaga, diretor da Escola Profissional Masculina da Capital. Aprígio condenava a especialização do trabalhador em apenas uma atividade e defendia que a formação profissional deveria promover um domínio completo do educando sobre o processo de produção.

A escola de Franca foi instituída em 1924, após a mobilização do Partido Republicano Paulista (PRP) e do empenho do deputado estadual Júlio Cardoso junto ao governo do Estado. A instalação da escola de Franca dependeu, ao que parece, muito mais da força de políticos locais do que da expansão do projeto republicano educacional da rede estadual. Nesse primeiro momento, a escola de Franca começou a funcionar como uma escola profissional pública masculina, oferecendo algumas seções diretamente voltadas à demanda econômica local, mas que, ao que tudo indica, não proporcionavam o saber específico que a clientela buscava, pois essas seções apresentaram a menor procura entre os alunos.

Em 1928, com a transformação da escola em mista, o curso masculino foi profundamente modificado e acabou por extinguir as três seções menos procuradas, que correspondiam às seções específicas. A profissional de Franca passou, nesse momento, a oferecer apenas as seções masculinas de mecânica e marcenaria, que compunham o quadro geral de seções masculinas de todas as escolas públicas oficiais estaduais. As seções femininas existentes na escola de Franca eram as mesmas existentes nas outras escolas profissionais oficiais estaduais e, assim, apresentavam um padrão de formação voltado às prendas manuais, que se adequava à ideia de formação profissional feminina predominante na época.

A publicação do Código de Educação do Estado de São Paulo, em 1933, e a criação da Superintendência da Educação Profissional, em 1934, vieram no bojo das discussões sobre a racionalização e especialização do aprendiz. Os debates acerca do ensino profissional, nesse período, estavam pautados no ideário racionalizador e da valorização da técnica e da ciência. Educadores renomados compreendiam que a aplicação dos métodos racionais à capacitação e aprendizagem profissional resultaria em uma formação da força de trabalho mais qualificada. Nesse período houve a constituição de um sistema de educação profissional em São Paulo, no qual a Escola de Franca passou a denominar-se Escola Profissional Secundária Mista de Franca, porém, ocorreu de forma que a escola se preservasse como escola de artes e ofícios e mantivesse o sistema de ensino integral, voltado para a formação completa do aprendiz. A mudança mais significativa desse período foi a ampliação da formação feminina, que passou a contar com o curso de economia doméstica. A formação prática masculina e feminina, durante a década de 1930, priorizou o ensino das profissões compreendidas como padrão de formação profissional das escolas oficiais públicas. A escola de Franca continuou a ser uma escola profissional instalada em uma região de atividade predominantemente rural, voltada à formação do trabalho manual.

Durante todo o período estudado, algumas medidas educacionais demoraram a ser acatadas, e outras sequer foram implantadas na escola de Franca, talvez por dificuldades ou mesmo por impossibilidade de execução, ou mesmo como forma de resistência da escola, que talvez não compreendesse essas medidas de uma mesma forma que as autoridades educacionais que as instituíram. A instituição de Franca passou por diversas modificações, mas permaneceu como uma escola que oferecia uma formação compreendida como integral, sem promover especializações. Não foi possível afirmar o porquê de a escola de Franca não ter acatado as medidas decretadas em relação à especialização do aluno, porém, as respostas (racionalização/ especialização) encontradas pela comissão que elaborou o Código de Educação de 1933 e pelos funcionários da Superintendência talvez não respondessem bem à realidade local da escola de Franca.

Comparando os diferentes momentos da escola francana durante o período pesquisado, conclui-se que o currículo masculino promoveu uma formação voltada ao trabalho manual. A formação profissional feminina foi ampliada, e a partir de década de 1930 passou a oferecer a formação de prendas manuais junto à economia doméstica. A situação local da escola agiu sobre seu projeto educativo, respondendo de forma peculiar aos projetos implantados pelo Governo do Estado de São Paulo.

As práticas escolares estabelecidas na escola de Franca estiveram condicionadas ao funcionamento cotidiano da escola, bem como na relação com a comunidade local e como a escola respondeu aos projetos governamentais para essa modalidade de ensino. A documentação da escola permitiu ver o cotidiano dessa instituição profissional e compreender como se desenrolou seu currículo real durante os dezoito anos pesquisados. Foi possível perceber que as práticas da escola e a constituição de seu currículo, muitas vezes, não corresponderam de forma idêntica ao que se legislava, e que, embora

as escolas profissionais oficiais estaduais fizessem parte de um mesmo projeto, essas primeiras escolas apresentaram-se de forma diferente porque cada uma desenhou-se conforme a demanda que atendia. Além disso, percebe-se claramente que durante o período pesquisado agiram sobre as configurações da escola de Franca elementos muito variados, e talvez até mais decisivos do que as exigências do processo produtivo.

Ao comparar a Escola de Franca com as outras escolas que fizeram parte do mesmo projeto, nota-se que a única característica comum entre essas primeiras escolas profissionais oficiais estaduais, durante todo o período pesquisado, foi que, apesar de tantas mudanças, essas instituições mantiveram um currículo formal voltado para a parte prática. Assim, as oficinas foram elementos centrais nos currículos das escolas profissionais oficiais estaduais dessa época.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias:

Escola Profissional de Franca, 1924. *Cargos e funcionário*, 1924.

Escola Profissional de Franca, 1928. *Cargos e funcionário*, 1928.

Escola Profissional de Franca, 1939. *Documentos avulsos sobre os professores*, 1937-1939.

Escola Profissional de Franca, 1942. *Gabinete dentário*, 1941-1942.

Escola Profissional de Franca, 1929. *Folhas de pagamento*, 1929.

Escola Profissional de Franca, 1940. *Índice de alunos diplomados*, 1927-1940.

Escola Profissional de Franca, 1934. *Livro 1 – curso masculino*, 1934-1936.

Escola Profissional de Franca, 1945. *Livro de chamada - curso popular de alfabetização*, 1943-1945.

Escola Profissional de Franca, 1945. *Livro de compras*, 1935-45.

Escola Profissional de Franca, 1931. *Livro de diário*, 1924-1931.

Escola Profissional de Franca, 1930. *Livro de inventários*, 1928- 1930.

Escola Profissional de Franca, 1944. *Livro de inventário – aulas diversas*, 1935-1944.

Escola Profissional de Franca, 1937. *Livro de inventário – curso feminino*, 1937.

Escola Profissional de Franca, 1937. *Livro de inventário do curso de ferraria*, 1937.

Escola Profissional de Franca, 1924. *Livro de inventário – curso mecânica*, 1924.

Escola Profissional de Franca, 1935. *Livro de inventário – curso de tornearia e entalhe*, 1935.

Escola Profissional de Franca, 1942. *Livros de matrículas*, 1924-1942.

Escola Profissional de Franca, 1942. *Livro de matrícula*, 1941-1942.

Escola Profissional de Franca, 1940. *Livro de matrícula – curso noturno*, 1938-1940.

Escola Profissional de Franca, 1937. *Livro de matrícula do curso de flores*, 1935-1937.

Escola Profissional de Franca, 1939. *Livro de matrícula marcenaria e mecânica*, 1935-1939.

Escola Profissional de Franca, 1937. *Livro de matricula – curso vocacional masculino*, 1935-1937.

Escola Profissional de Franca, 1937. *Livro de matricula – curso vocacional feminino*, 1935-1937.

Escola Profissional de Franca, 1929. *Livro de venda das alunas*, 1929-1930.

Escola Profissional de Franca, 1938. *Livro de registro de notas seção feminina*, 1933-1938.

Escola Profissional de Franca, 1939. *Livro de registro do curso feminino*, 1937-1939.

Escola Profissional de Franca, 1930. *Mapa de movimento*, 1930.

Escola Profissional de Franca, 1942. *Movimento geral de matrícula*, 1938-1942.

Escola Profissional de Franca, 1943. *Programas comemorativos de práticas educativas*, 1943.

Escola Profissional de Franca, 1943. *Relação de alunos diplomados - curso diurno*, 1929- 1943.

Escola Profissional de Franca, 1949. *Relação dos alunos diplomados – curso noturno*, 1929-1945.

Escola Profissional de Franca, 1937. *Registro de porcentagens dos alunos*, 1935-1937.

Escola Profissional de Franca. 1940. *Resumo estatístico*. 1940.

Escola Profissional de Franca, 1930. *Registro da produção dos alunos e alunas*, 1924-1930.

Escola Profissional de Franca, 1939. *Registro de produção de artefatos*, 1937-1939.

Escola Profissional de Franca, 1936. *Vendas das alunas*, 1935-1936.

São Paulo. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, 1935.

São Paulo. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, 1937.

São Paulo. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, 1939.

São Paulo. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, 1941.

São Paulo, Diretoria da Instrução Pública. *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1919-1920.

São Paulo, Diretoria da Instrução Pública. *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1926.

São Paulo, Diretoria da Instrução Pública. *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1929.

São Paulo, Diretoria da Instrução Pública. *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1935.

Secretaria de Educação e da Saúde Pública, 1933. *Código de Educação do Estado de São Paulo*, 1933.

Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 1936. *Legislação*, 1933-1936.

Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo. *O ensino profissional no Brasil*: teses apresentadas pela Superintendência do Ensino Profissional. São Paulo, 1939.

Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo. *Realizações do ensino profissional em São Paulo*: 1930–1940. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940.

Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo. *A racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.

Referências Bibliográficas:

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *Instrução Pública no Estado de São Paulo*: a reforma de 1920. São Paulo: Publicações da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, [s/d].

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

AZEVEDO, Fernando. *Sociologia Educacional* – introdução aos estudos dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. São Paulo: Melhoramentos, s/data.

- BAHRO, Hosrt; BECKER, Willi. *Educação, pesquisa e desenvolvimento*. O sistema de ensino, ciência e pesquisa na República Federal da Alemanha. São Paulo: Versão brasileira editada por Pedro Goergen, 1979
- BENTIVOGLIO, Julio César. *Trajetória urbana de Franca: Centro (1805-1995)*. Franca: Fundação Municipal Mário de Andrade, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- BRYAN, Newton Antonio Paciulli. *Educação e o processo de trabalho – contribuição ao estudo da formação da força de trabalho no Brasil*. Dissertação de mestrado, UNICAMP. 1983.
- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. *A Escola Profissional de São Carlos*. São Paulo: Ed. Da UFSCar, 1998.
- CARAPONALE, Priscila Ferrer. *Os dois modelos de mulher na Escola Profissional Feminina (1911-1931)*. 2006. Iniciação Científica. Programa de estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade. PUC-SP.
- CHIACHIRI, José. *Vila Franca do Imperador*. Franca: Ed. O Aviso de Franca, 1967.
- COELHO, Hercídia Mara Facuri (Org.). *Histórias de Franca*. Série História Local 4. Franca: Ed. UNESP, 1997.

- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000a.
- _____. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo. Ed. UNESP, 2000b.
- _____. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora UNESP, 2000c.
- CRUZ, Lúcia Pedroso da. *Bento Quirino e Cotuca: os passos do ensino profissional em Campinas*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2008.
- FERREIRA, Mauro. *Franca - Itinerário Urbano*. Franca: Ed. Laboratório das artes, 1983.
- FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), 1961.
- FONSECA, Corinto da. *A escola ativa e os trabalhos manuais*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.
- FREITAS, Zoraide Rocha de. *História do ensino profissional no Brasil*. São Paulo: Ensino Profissional do Estado, 1954.
- GABRIEL, Yara Crisitna. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2003.

GONÇALVES, Celso Costa. *Formação do trabalhador e o ensino profissional: A escola profissional masculina de Rio Claro*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2001.

GOODSON, Ivor F., *Currículo: teoria e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Construindo a escolarização em São Paulo (1820-1840)*. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves. *À Margem dos 500 Anos: Reflexões Irreverentes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

JARDIM, Vera Lúcia Gomes. *O Ensino da Música nas Escolas Públicas de São Paulo na Primeira República*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2003.

LAURINDO, Arnaldo. *Cinquenta anos de Ensino Profissional: Estado de São Paulo – 1911-1961*. Vol.1 e 2. São Paulo: Fundo de Ensino Profissional, 1962.

LÉON, Antoine. *A orientação profissional da criança*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo da Cultura, 1960.

LIMA, Cacilda Comássio. *Educação para o trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970)*. Tese de doutorado. UNESP-Franca, 2007.

-----, *A construção da cidade – Franca século XIX*. Série História Local 3. Franca: Ed. Unesp, 1997

MAGALHÃES, Justino. *A História das Instituições Escolares em Perspectiva*. IN: GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO,

Geraldo (orgs). *História da Educação em Perspectiva*. Campinas, Autores Associados, 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, Sandra Lunardi. *A Escola Profissional Masculina na Capital*. Tese de doutorado. PUC-SP, 2003.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: Inventário de fontes e documentos*. São Paulo: Centro Paula Souza, [sd].

----- . *Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens (Álbum Fotográfico)*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MONROE, Paul. *História da educação*. Atualidades pedagógicas, vol. 34, São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

OLIVEIRA, Luiz Lélío de. *Economia e história em Franca - Século XIX*. Série História Local 7. Franca: Ed. Unesp, 1997.

-----, *Heranças guardadas e transições ponderadas – História econômica do interior paulista 180-1920*. Franca, UNESP-FHDSS; FACEF, 2006.

OLIVEIRA, Otaíza Romanelli. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. São Paulo: Ed. Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Sueli Teresa de. *Uma colméia gigantesca: Escola Profissional de São Paulo, 1910/20/30*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1992.

PAGNI, Pedro Angelo. A prescrição de exercícios físicos e do esporte no Brasil (1850-1920): cuidados com o corpo, educação física e formação moral. In: NETO, Amarilio Ferreira (org.). *Pesquisa Histórica na Educação Física*. Vol. 2. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

PALERMO, Alfredo. *A Franca – apontamentos sobre sua história, suas instituições e sua gente*. Franca: Ed. COPGRAF – EDITORIAL, 1980.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

-----, *Índice Básico da Legislação do Ensino Paulista 1890-1945*. vol. 1. Campinas, S.P: Graf./FE, Graf. UNICAMP, 1998.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. Campinas, HUCITEC/UNICAMP, 1988.

- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos da civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- TAIRA, Lincoln. *As escolas masculina e feminina e o ensino profissional em São Paulo – 1911 a 1942*. Dissertação de mestrado, USP-FFLCH, 2000.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. São Paulo: Ed. Zahar, 1981.
- TOSI, Pedro G. *Cultura do café e cultura dos homens em Franca: A influência da ferrovia para a sua urbanização*. In: Revista do Curso de Pós-graduação em História da FHDSS, vol. 5, nº 2. Franca, 1998.
- VINÃO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas. Continuidade y cambios*. Madrid: Ediciones Moratas, S.L., 2006.
- WEINSTEIN, Barbara. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920 -1964*, São Paulo: Cortez, 2000.
- ZUCCHI, Bianca B. *O programa e os métodos de treinamento profissional do curso de ferroviários da Companhia Sorocabana (São Paulo, década de 1930)*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2007.